

Ana Cristina Rodrigues Serrano

O Estado do Conhecimento sobre a aquisição da escrita no Brasil

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem , da Universidade Estadual de
Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientadora: Profª Drª Raquel Salek Fiad

Campinas

2010

i

Se68e

Serrano, Ana Cristina Rodrigues.

O Estado do Conhecimento sobre a aquisição da escrita no Brasil / Ana Cristina Rodrigues Serrano. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Raquel Salek Fiad.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Estado do conhecimento. 2. Aquisição da escrita. 3. Periódicos científicos. I. Fiad, Raquel Salek. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: The state of knowledge about writing acquisition in Brazil.

Palavras-chave em inglês (Keywords): The state of knowledge; Writing acquisition; Scientific periodicals.

Área de concentração: Língua Materna.

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Raquel Salek Fiad (orientadora), Prof. Dr. Sandoval Nonato Gomes Santos e Profa. Dra. Norma Sandra de Almeida Ferreira. Suplentes: Profa. Dra. Nelita Bortolotto e Profa. Dra. Lilian Lopes Martin da Silva.

Data da defesa: 02/12/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada.



A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 02 de dezembro de 2010, considerou a candidata Ana Cristina Rodrigues Serrano aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Raquel Salek Fiad

Raquel S. Fiad

Sandoval Nonato Gomes Santos

Sandoval N. Gomes Santos

Norma Sandra de Almeida Ferreira

Norma S. de Almeida Ferreira

Nelita Bortolotto

Lilian Lopes Martin da Silva

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai, cujos ensinamentos, desde as primeiras palavras mencionadas, fizeram de mim a pessoa que sou hoje.

À minha mãe, meu braço direito, um exemplo de força, dedicação e amor para todos que cruzam o seu caminho.

Ao meu irmão, um amigo de sangue que Deus me deu para oferecer mais alegria e sentido à minha vida.

Agradecimentos

À professora Dr^a Raquel Salek Fiad, que me acompanhou desde os primeiros anos de minha graduação e que sempre esteve disposta a transmitir para mim seus conhecimentos e me auxiliar nesse longo caminho científico, meu sincero agradecimento.

À Unicamp, em especial ao Instituto de Estudos da Linguagem, local em que pude conquistar um crescimento intelectual e dar um decisivo passo rumo ao meu desenvolvimento profissional e científico.

A Deus, que tornou tudo possível e que me oferece, a cada dia, uma nova força e um incontestável motivo para sempre lutar e nunca desistir dos meus sonhos.

A todos que estiveram presentes, direta ou indiretamente, nessa árdua, porém fascinante trajetória para a realização deste trabalho, meu eterno agradecimento.

Epígrafe

Escrever. Porque escrevo? Escrevo para criar um espaço habitável da minha necessidade, do que me oprime, do que é difícil e excessivo. Escrevo porque o encantamento e a maravilha são verdade e a sua sedução é mais forte do que eu. Escrevo porque o erro, a degradação e a injustiça não devem ter razão. Escrevo para tornar possível a realidade, os lugares, tempos que esperam que a minha escrita os desperte do seu modo confuso de serem. E para evocar e fixar o percurso que realizei, as terras, gentes e tudo o que vivi e que só na escrita eu posso reconhecer, por nela recuperarem a sua essencialidade, a sua verdade emotiva, que é a primeira e a última que nos liga ao mundo. Escrevo para tornar visível o mistério das coisas. Escrevo para ser. Escrevo sem razão.

Vergílio Ferreira, in 'Pensar'

Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.

Clarice Lispector

Resumo

O advento da aquisição da escrita é um assunto que atrai a atenção e o interesse de grande parte dos pesquisadores em Linguagem e de estudiosos envolvidos com tal questão. Por esse motivo, são fundamentais estudos que realizem o Estado do Conhecimento sobre este advento. Tendo essa certeza em mente, o presente trabalho apresenta um estudo sobre o Estado do Conhecimento, especificamente no que diz respeito à aquisição da escrita por crianças em fase inicial da alfabetização. Para tanto, realizei uma criteriosa análise de artigos publicados durante as décadas de 80, 90 e 00 em revistas científicas que desenvolveram algum tipo de pesquisa prática sobre a aquisição da escrita por crianças. Todas as revistas foram coletadas na biblioteca do Instituto dos Estudos da Linguagem – IEL, UNICAMP,- e os artigos foram analisados tendo como base quatro eixos principais, quais sejam a temática abordada, o campo disciplinar no qual se fincaram os estudos, o tipo de pesquisa seguida pelo estudioso e o tipo de dados coletado e analisado pelo pesquisador. Ao término de nossa pesquisa, pudemos constatar que a década de 90 foi um rico período para o desenvolvimento de estudos sobre a aquisição da língua escrita por crianças em fase de alfabetização. Além disso, grande parte dos estudos dialoga efetivamente com aquilo que produz a criança aprendiz nesta fase de seu desenvolvimento, preocupando-se em investigar os traços e as manifestações presentes, direta ou indiretamente, nas produções dos indivíduos investigados, os quais passam a ser tratados como sujeitos ativos de seu processo de aprendizado. Estando em sintonia com a ampliação dos estudos da linguagem na área voltada ao ensino da escrita, vemos a Linguística assumindo um lugar de destaque nas pesquisas sobre este assunto, da mesma forma que os estudos de campo se impõem como tipo de pesquisa predominante dentro deste rico cenário por nós analisado.

Palavras- chave: Estado do Conhecimento, Aquisição da Escrita, Revistas Científicas.

Abstract

The advent of acquisition of writing is a matter which attracts the attention and interest of many researchers in Language and scholars involved in such question. For this reason, studies carrying the State of knowledge are a fundamental point about this subject. Having this in mind, this paper presents a study on the State of Knowledge regarding the acquisition of writing for children in the early phase of literacy. For this purpose, a careful analysis of journals during the 1980s, 90 and 00s has been carried out in scientific magazines that have developed some kind of practical research on the acquisition of writing for children. All magazines were collected in the library of the Institute of Language Studies – IEL, UNICAMP,- And the articles have been analyzed based on four main axis which are the themes addressed, the disciplinary field in which the studies have been based, the kind of search followed by the scholar and the kind of data collected and analyzed by the researcher. By the end of our research, we concluded that the 90's have been a rich period for the development of studies on language acquisition for children in the phase of literacy. Furthermore, a considerable part of the studies dialogues in a effective way with that the apprentice children produces in this stage of his development. And there has been a concern to investigating traces and manifestations that are present, in a direct or an indirect way in the productions of individuals under investigation, which will be treated as active subjects along the learning process. Being in line with the enlargement of Language studies in the area dedicated to the teaching of writing, we perceive Linguistics assuming a prominent place in researches regarding this subject, the same way that field studies prove themselves as a kind of research that prevails within this rich scenario we have analyzed.

Key -Words: The State of Knowledge, Writing Acquisition, Scientific Magazines

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de exemplares das revistas analisadas durante o período estudado	32
Tabela 2: Distribuição dos temas predominantes.....	35
Tabela 3: Quantidade de artigos sob a temática ‘produção escrita do aluno’.....	36
Tabela 4: Distribuição temporal do tema “produção do aluno” em Termos Relativos	40
Tabela 5: Distribuição temporal da temática “produção do aluno” em Termos Absolutos, tendo como base os 104 artigos produzidos sob tal tema	40
Tabela 6: Quantidade de artigos sob a temática “Ambientes de sala de aula/ práticas de ensino	42
Tabela 7: Distribuição temporal dos artigos sob a temática “Ambientes de sala de aula/aprendizagem ou ensino/ ação do professor” em Termos Relativos	43
Tabela 8: Distribuição temporal dos artigos sob a temática “Ambientes de sala de aula/aprendizagem ou ensino/ ação do professor” em Termos Absolutos, considerando o total de 19 artigos produzidos sob a temática em questão	43
Tabela 9: Quantidade de artigos dentro da temática Letramento e ensino digital	44
Tabela 10: Distribuição temporal da temática “Letramento e ensino digital” em Termos Relativos	45
Tabela 11: Distribuição temporal da temática “Letramento e ensino digital” em Termos Absolutos, com relação ao total de produção sob tal tema, ou seja, os 2 artigos encontrados	45
Tabela 12: Quantidade de artigos sob o tema Materiais	47
Tabela 13: Distribuição temporal da temática “Materiais” em Termos Relativos.....	48
Tabela 14: Distribuição temporal da temática “Materiais” em Termos Absolutos.....	48
Tabela 15: Distribuição das temáticas ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000	49
Tabela 16: Distribuição geral dos temas ao longo das 3 décadas.....	50
Tabela 17: Distribuição dos exemplares publicados ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000	51
Tabela 18: Divisão dos artigos entre os campos disciplinares.....	52

Tabela 19: Distribuição temporal do campo disciplinar “Linguística”	56
Tabela 20: Distribuição temporal do campo disciplinar “Educação”	57
Tabela 21: Distribuição das pesquisas com sujeitos	60
Tabela 22: Distribuição geral dos tipos de pesquisa	66
Tabela 23: Distribuição dos artigos nas três décadas consideradas – Número de artigos	67
Tabela 24: Distribuição dos artigos nas três décadas consideradas – Dados percentuais	67
Tabela 25: Tipo de dados – Termos Numéricos	68
Tabela 26: Tipo de dados – Termos Percentuais	69
Tabela 27: Distribuição numérica dos tipos de dados ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000	70
Tabela 28: Distribuição percentual das produções no interior de cada tipo de dados ao longo das décadas de 80, 90 e 00	71
Tabela 29: Relação entre temas e campos disciplinares – Dados Numéricos	78
Tabela 30: Relação entre temas e campos disciplinares – Dados Percentuais	78
Tabela 31: Relação Tipo de Pesquisa e Tipo de Dados – Valor Numérico	80
Tabela 32: Relação Tipo de Pesquisa e Tipo de Dados – Valor Percentual	80
Tabela 33: Relação Tipo de Pesquisa e Tema – Valor Numérico	83
Tabela 34: Relação Tipo de Pesquisa e Temas – Valores Percentuais	83

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 - Fundamentação Teórica	07
1.1 Alfabetização e Letramento	11
Capítulo 2 - Metodologia	15
2.1 As Revistas Científicas	15
2.2. Histórico das Revistas Científicas	17
2.3. Desenvolvimento da pesquisa	22
Capítulo 3 - Análise do corpus	35
3. 1. Temas Predominantes	35
3.1.1. Produção do Aluno	36
3.1.2. Ambientes de sala de aula/práticas de ensino	41
3.1.3. Letramento e ensino digital	44
3.1.4. Materiais	46
3.2. Campo Disciplinar	51
3.2.1. Linguística	53
3.2.2. Educação	55
3.3.. Tipo de pesquisa	57
3.3.1. Pesquisa com Sujeitos	58
3.3.1.1. Pesquisa Estudo de Caso	60
3.3.1.2. Pesquisa – Ação	62
3.3.1.3. Pesquisa Experimental	63
3.3.2. Pesquisa Análise de Material	64

3.4. Tipo de dados	68
3.4.1. Produções do sujeito aprendiz	71
3.4.2. Registros em caderno de campo	73
3.4.3. Respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados	74
3.4.4. Gravações	75
3.4.5. Provas, materiais de ensino e dados externos	76
3.5. Relação entre Tema e Campo Disciplinar	77
3.6. Relação entre Tipo de Pesquisa e Tipo de Dados	79
3.7. Relação entre Tipo de Pesquisa e Tema	83
Conclusão	85
Referências	91
Bibliografia	95
Anexos	97

Introdução

A escrita surgiu com a necessidade do homem de se comunicar e de transmitir seus saberes para seus semelhantes e para as futuras gerações. Ou seja, foi uma forma encontrada de deixar sua marca na história, um meio de registrar os acontecimentos, ideias e reflexões que faziam parte cada vez mais da vida do ser humano. Porém, junto com a criação de um sistema de escrita, tornou-se necessária a formulação de meios para sua decifração e compreensão por parte dos mais diversos cidadãos. Assim sendo, podemos dizer que desta necessidade surgiu aquilo que hoje chamamos de *aquisição do código escrito*.

Contudo, o sistema educacional brasileiro sempre foi um campo problemático, no qual os responsáveis pelo seu funcionamento não ofereciam satisfatoriamente à população condições favoráveis para seu adequado desenvolvimento e formação. No século XIX, por exemplo, a educação em nosso país era destinada a uma pequena parcela da população que via nos países estrangeiros a única forma de terminar seus estudos, uma vez que a formação oferecida pelos centros nacionais de educação era extremamente deficiente. Além disso, tal aquisição não era realizada a partir de um ensino formalizado; ela era destinada a uns poucos privilegiados economicamente, sem haver uma prática formal, um local destinado a essa aprendizagem, enfim, sem a existência de uma oficialização educacional. Segundo Mortatti (2006), até o final do Império, as escolas que existiam eram salas adaptadas que abrigavam alunos das mais distintas idades e níveis de conhecimento, aos quais era oferecido um material de ensino extremamente precário. Porém, com o desenvolvimento da sociedade e das práticas sociais e culturais nela existentes, o domínio da linguagem escrita passou a ser cada vez mais necessário e formas de se garantir e oficializar tal aprendizado passaram a ser um objetivo dos responsáveis pelo caminhar do país. A partir desse instante, a escola passou a assumir o papel de proporcionar aos cidadãos o domínio do código escrito, o que fez com que começassem a surgir diferentes métodos de ensino para possibilitar uma adequada aprendizagem.

Até meados de 1920, a disputa entre tais métodos de ensino se fez presente apenas no que diz respeito à leitura, deixando-se a atividade escrita em segundo plano, já que esta era tratada como uma simples questão de caligrafia, do uso correto de tipos de letras, dependente, sobretudo, de exercícios mecânicos que exigiam muito treino.

Nos anos que antecederam a década de 70, vemos ter sido marcante a presença da tradição baseada no conceito da *alfabetização sob medida*, colocando questões didáticas subordinadas àquelas de caráter psicológico, uma vez que o “como ensinar” passou a ser uma habilidade dependente da maturidade da criança que recebia este método de ensino.

Como o fracasso na educação sempre foi uma constante em nossa sociedade, costumava-se colocar toda a culpa nos alunos, afinal, os professores seguiam exatamente o que determinavam os métodos de ensino, que teriam sido elaborados por conhecedores e especialistas no assunto. Assim como colocado por Cagliari:

“como as escolas de formação de professores para o magistério, guiadas por estranhas idéias oriundas das faculdades de educação, não conseguem dar a formação necessária para os professores, os órgãos públicos encarregados da educação passaram a dar periodicamente “pacotes educacionais”, de acordo com os modismos da época. (...) os professores, atormentados com tantas mudanças, vítimas da própria incompetência, foram experimentando todos os “pacotes” ”. (CAGLIARI, 1998: 33)

Frente a essa tumultuada situação, é na década de 80 que, com o evidente fracasso na educação brasileira e com os avanços nos estudos desenvolvidos por Piaget, temos contato com a ideia construtivista apresentada como resultado do famoso trabalho sobre a psicogênese da língua escrita, formulado pelas pesquisadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Segundo essa nova tendência, a criança passa a ser considerada como sujeito de seu aprendizado, sendo o professor um espectador, alguém que irá auxiliá-la na trajetória rumo à construção de seu próprio conhecimento. Dessa forma, suas pesquisas voltam-se primordialmente para os mecanismos cognitivos relacionados com a leitura e a escrita. Diferentemente do que muitos afirmam, as ideias construtivistas não são um método. O nome construtivismo representa exatamente a ideia presente em suas teorias de que, no processo de aprendizagem, a criança é o sujeito ativo de sua formação e aquisição de conhecimento, ou seja, ela é o construtor principal dos conteúdos a serem assimilados. A aprendizagem da criança aconteceria, assim como já colocado por Piaget, de acordo com seu desenvolvimento interno, ocorrendo em etapas adequadas ao

sistema cognitivo dos aprendizes. É por isso que, segundo este pensamento, os erros cometidos pelas crianças não devem ser vistos como aberrações nem tampouco como provas de que elas não compreenderam o novo sistema que lhes foi ensinado. Pelo contrário, tais erros seriam uma demonstração de que essas crianças estariam agindo, atuando dentro de seu próprio processo de aprendizagem, sendo uma mostra do jeito como os aprendizes refletiram sobre tudo aquilo que lhes foi apresentado e que não estão simplesmente repetindo, sem entender, os novos conceitos aprendidos.

Como colocado por Libâneo e Freitas (2006) no Brasil, a partir da década de 70, a teoria de Vygotsky começou a ganhar terreno, embora ainda de maneira bastante discreta. Foi na segunda metade dos anos 80, acompanhando o processo de redemocratização no campo político brasileiro, que estudos sobre a pesquisa deste estudioso se intensificaram e passaram a atingir um número cada vez maior de seguidores. Nestes casos, o ponto central seriam as relações sociais que o homem mantém como o meio; para tal estudioso, o aprendizado da criança não começa na escola, mas muito antes dela ser inserida nesse sistema de ensino formal, e tudo isso deve ser considerado e trabalhado pelo professor em sala de aula. A vivência e as experiências próprias do aluno não poderiam ser deixadas de lado, mas sim auxiliá-lo no processo de aquisição de seu conhecimento. Foi também na segunda metade da década de 80 que surgiram e ampliaram-se, no cenário educacional brasileiro, os estudos sobre o conceito de *Letramento*, através do qual deveriam ser promovidas atividades contextualizadas aos alunos de forma que eles pudessem experimentar atividades diferenciadas que correspondessem àquilo com que eles se deparariam na realidade, nas práticas de seu dia-a-dia. Seria, assim, necessário e importante o desenvolvimento de atividades sociais dotadas de um sentido real no processo de ensino-aprendizagem. Afinal, tal atitude faria com que os alunos, uma vez identificando os porquês das práticas realizadas em sala de aula, tivessem mais facilidade e interesse pela sua aprendizagem. Porém, apesar da realização de todos os trabalhos e pesquisas em torno de visões, métodos ou teorias que contribuiriam para a melhoria no processo educacional dos cidadãos, chegamos ao século XXI com dados que comprovam que a situação da educação brasileira ainda está muito distante do ideal. No ano 2000, na Conferência Mundial de Educação, em Dacar (Senegal), o Brasil assinou, junto com 128 países, um documento através do qual se compromete a trabalhar de forma a garantir uma melhora na qualidade do ensino brasileiro. Entre as metas estabelecidas,

está a de reduzir pela metade a taxa de analfabetismo no país até 2015, chegando ao percentual de 6,7%. Contudo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que há, hoje, no Brasil cerca de 14 milhões de analfabetos, sendo que de 2006 para 2007 a redução no número de analfabetos foi de apenas 0,4%, uma diminuição muito singela, portanto, para um país que se compromete a baixar para 6,7% o total de analfabetos no país. No entanto, um problema talvez ainda mais grave do que o analfabetismo é o que chamamos de *analfabetismo funcional*. Este termo foi criado em 1978 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para denominar aquelas pessoas que, ainda que consigam ler sentenças simples, não são capazes de interpretar aquilo que leem, que não apresentam as habilidades necessárias para tornar efetivo seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. Fazendo parte de uma estratégia política, os índices referentes a esta situação aparecem frequentemente camuflados no interior das estatísticas sobre o analfabetismo, dando a ilusória impressão de que a situação educacional passa por melhorias visíveis e inquestionáveis. De fato, se analisado de forma quantitativa, vemos que realmente houve uma melhora nos índices de analfabetismo no país: se no século XX convivíamos com 65% da população analfabeta, contamos, atualmente, com cerca de 10% da população que desconhece o sistema da escrita (segundo dados do IBGE). Contudo, em termos qualitativos, vemos que a situação está longe de ser um motivo para comemorações. Como muito bem colocado pela diretora executiva do Instituto Paulo Montenegro (IPM), Ana Lúcia Lima, o analfabetismo funcional apresenta-se em crescimento, sendo muitos os cidadãos que permanecem e que saem dos bancos escolares sem saber compreender e produzir textos em sua completude. Se, como já dito acima, o percentual de analfabetos no país gira em torno de 10%, aquele que representa os analfabetos funcionais corresponde a 25% da população com 15 anos ou mais (de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), um número extremamente preocupante para um país inserido na modernidade e nos avanços dos anos 2000.

Dessa forma, em 2001, O IPM (Instituto Paulo Montenegro), que auxilia o trabalho feito pelo Ibope, criou o Inaf - Indicador de Alfabetismo Funcional-, em parceria com a organização não governamental Ação Educativa, com o objetivo de medir o analfabetismo funcional dos sujeitos entre 15 e 64 anos. De dois em dois anos

são aplicados testes e questionários a cerca de 2 mil pessoas no país, nos quais são oferecidas atividades do dia-a-dia – como interpretação de uma leitura e cálculos percentuais simples - para se avaliar a capacidade de atuação dos cidadãos em atividades práticas e verificar se eles agem adequadamente dentro da cultura da escrita. Os resultados do INAF mostram que, além de ampliar o acesso à escola, é preciso investir na qualidade desse ensino. Como vimos, os dados demonstram que realmente o índice de analfabetismo absoluto vem diminuindo ao longo dos anos, estando em 2009 com cerca de 7% da população entre 15 e 64 anos. Porém, quando consideramos o nível de alfabetização plena (aquele onde o sujeito consegue compreender o que está lendo e produzir textos com coesão e coerência), não há uma melhoria nos índices: se em 2001, a taxa correspondia a 26% da população, em 2009 ela se mantém em 25%.

Talvez seja por essa razão que o período de aquisição da língua escrita desperte ainda tanto interesse nos pesquisadores e estudiosos da linguagem. De fato, esse momento é crucial para o sucesso – ou não – na relação do sujeito com o universo do código escrito. Se há problemas na base, na forma como se dá o contato inicial com a escrita, são grandes as possibilidades de a relação entre ela e o indivíduo ser artilosa e bastante conflituosa. Estudos que se voltam para tal acontecimento – a aquisição do código escrito por sujeitos nas séries iniciais – são fundamentais e precisam se desenvolver com seriedade pelos pesquisadores. Afinal, somente assim conseguiremos compreender e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do código escrito em nosso país.

É com esta preocupação em mente que me propus a desenvolver esta pesquisa que se volta para o estudo do Estado do Conhecimento a respeito da aquisição da escrita no Brasil a partir da década de 80. Neste ponto é válido apontarmos uma sutil, porém importante diferença entre dois termos que, embora se voltem para um mesmo fenômeno, traduzem formas distintas de se lidar com ele: a alfabetização e a aquisição da escrita. Tradicionalmente, o termo ‘alfabetização’ se refere ao início da aquisição da escrita e geralmente liga-se ao processo formal de ensino desta modalidade, no ambiente de sala de aula e impulsionado por práticas determinadas e institucionalizadas de ensino. Já o termo ‘aquisição da escrita’, ultrapassa o período inicial do aprendizado do código escrito e envolve não apenas o que se aprende formalmente nos bancos e nas práticas escolares, mas também aquilo que é adquirido fora da escola, através dos eventos individuais e coletivos de linguagem, diferenciando-se, assim, das práticas formais de alfabetização. Nos capítulos seguintes, serão melhor detalhados os objetivos,

suportes, análises e modo de trabalho adotados por mim na execução do presente estudo, tendo sempre o cuidado de deixar claras as escolhas e as conclusões que foram ganhando forma e sustentação no decorrer desse importante estudo da arte.

Capítulo 1

Fundamentação Teórica

A base teórica para a realização deste trabalho pautou-se em autores que desenvolveram um estudo semelhante ao que foi realizado na presente pesquisa, tais como Soares (1989), Gomes-Santos (2004) e Ferreira (2001). Para isso, fez-se necessária uma visão ampla e direcionada para as diferentes formas de lidar com a aquisição da escrita no decorrer do período aqui considerado, as quais são dadas, como afirma Gomes-Santos (2004:33), relacionando-se aos “domínios de institucionalização e aos lugares de visibilização”. Por esse motivo, não seria suficiente um simplório agrupamento dos artigos a partir dos títulos que apresentam, como se déssemos forma a um corriqueiro índice bibliográfico. Antes, foi necessária a caracterização do domínio do qual fazem parte e a seleção séria e adequada dos textos em que tal questão adquire visibilidade. A definição dos contextos em que se constituem os dados analisados é, então, de vital importância uma vez que, como vemos em Gomes-Santos (2002:26), ela nos leva a sustentar a forte tese de que “boa parte da identidade de um texto – e de sua heterogeneidade - tem a ver com o lugar em que ele é enunciado”.

Assim sendo, é essencial que se tenha em mente que não é possível a realização efetiva de um trabalho, com qualquer tipo de objeto de estudo, caso se ignore o percurso histórico no qual foi efetivada a reflexão sobre ele. Analisando os estudos realizados nos grandes centros de saber, vemos que a década de 80 foi uma época de grande influência provocada por:

[...] mudanças de natureza social, fatores externos que passaram a exigir maior mobilização e reorganização da sociedade acadêmica, cobrando dela reflexões sobre uma ‘nova’ escola que se pretende para uma ‘nova’ sociedade... e também mudanças internas, na construção e no desenvolvimento do conhecimento, que são produzidas e provocam rupturas nas propostas pedagógicas instituídas nas escolas.

(FERREIRA, 2001:164-165).

Se, como afirma Marcuschi (2000), na década de 70 vimos o surgimento dos cursos de Pós-Graduação, ao longo dos anos 80 presenciamos um período em que

houve uma preocupação mais intensiva com a formação do pesquisador e com um investimento significativo nos cursos que lhe eram oferecidos. Em contrapartida, houve, nos anos seguintes, uma considerável pressão sobre esse estudioso para que ele apresentasse à comunidade científica os frutos de seus estudos e dos investimentos aplicados pelos órgãos e agências institucionais em sua preparação. Todo esse contexto teve como consequência a expansão de publicações e artigos científicos, que se tornaram um importante representante das tendências e dos saberes produzidos no interior dos grandes centros de pesquisa de nosso país. Como bem afirma Marcuschi:

[...] com o aumento de Cursos e de Doutores, bem como de eventos científicos, foi necessário dar evasão a toda essa produção. Por outro lado, notou-se também que muitos Cursos de PG (pós-graduação) iniciaram a publicação de artigos pela maior facilidade de publicação. (MARCUSCHI, 2000:67)

É fato que o ritmo das pesquisas no mundo acadêmico se intensifica a cada dia, sendo inúmeros os pesquisadores que desenvolvem uma quantidade considerável de trabalhos sobre os mais variados assuntos.

Com o passar do tempo, as pesquisas vão emergindo aqui e ali, e a produção acadêmico-científica se fortalece no país. Com isso, manifesta-se nas universidades o anseio de informar a comunidade científica e a sociedade sobre sua produção, socializando-a e, mais que isso, expondo-a à avaliação”(FERREIRA, 2001: 56).

Dessa forma, com o objetivo de melhor conhecermos o objeto de nossos estudos, são fundamentais as pesquisas denominadas “Estado do Conhecimento”. Esse tipo de estudo é recente no Brasil e foi, sobretudo, a partir da década de 80 que pesquisas com o objetivo de realizar um levantamento e análise do conjunto de produção de uma determinada área de interesse passaram a ser realizadas em nosso país, como o estudo do *‘Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte’*, (Haddad, 1987), no qual o objetivo é o de realizar um estudo da arte sobre o ensino supletivo no Brasil, voltando-se para trabalhos realizados no campo do ensino supletivo, da educação de adultos, da educação popular e da educação permanente. Do total de 192 títulos

identificados no levantamento inicial, foram analisados 53 documentos sobre cursos e exames constituídos de teses, dissertações, livros, artigos de periódicos, papers e documentos; o trabalho “*Avaliação na Educação Básica - 1990-1998*”, (Barreto e Pinto, 2001)”, no qual se apresenta uma análise da produção acadêmica sobre avaliação na Educação Básica entre 1990 e 1998, tendo como fonte de estudo principal as revistas de natureza acadêmica; o estudo sobre a ‘*Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*’ (1989), de Magda Soares, no qual a autora realiza o estado do conhecimento sobre a alfabetização no Brasil, tendo como suporte de análise teses e dissertações apresentadas entre os anos 1954 e 1986; o estudo denominado “*O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos na CAPES – período de 1987 – 2006*”, de Carvalho (2009), no qual o intuito é a apresentação do estado da arte sobre a educação de jovens e adultos no Brasil, referente à produção de teses de doutorado e dissertações de mestrado, cuja fonte foi o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -, entre os anos de 1987 a 2006; a pesquisa sobre “*O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2000): um estudo introdutório*”, de Angelucci, Kalmus, Paparelli e Patto (2004), na qual as autoras discorreram sobre o fracasso escolar na escola pública de ensino fundamental, através de uma retrospectiva histórica da pesquisa educacional no Brasil. Para isso, foram analisadas teses e dissertações presentes na faculdade de educação e no instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, sendo encontradas 71 obras, das quais 13 foram analisadas em profundidade. Temos, ainda, o estudo intitulado “*Formação de professores: projetos em conflito*”, de Pereira e Peixoto, no qual é feito o mapeamento de estudos sobre a formação de professores realizados nas últimas três décadas, identificando os cenários em que estão presentes (teses, dissertações e comunicações), e a “*Pesquisa: O estado do conhecimento sobre a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte 1986 a 2005*”, organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Condição e Formação Docente – PRODOC, tendo como uma de suas organizadoras a pesquisadora Zaidan (2009), na qual é desenvolvido um estudo sobre o estado de conhecimento a respeito da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, considerando-se a produção desenvolvida na área da educação referente às práticas das escolas municipais. Para tanto, o estudo contempla os trabalhos de pesquisa concluídos entre os anos 1986 e 2005.

Preocupado com o ensino de jovens e adultos, temos a pesquisa de Haddad (coord.), (2002), intitulada “*A educação de jovens e adultos no Brasil (1986 – 1998)*”, cujo objetivo foi o de detectar e discutir os temas emergentes da pesquisa em Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tendo como corpus a produção acadêmica discente dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, expressa em teses de doutoramento e dissertações de mestrado.

Nesta mesma linha, podemos mencionar o importante trabalho permanente realizado pelo CEALE que, desde a data de sua fundação – 1990 - realiza um estudo que fora iniciado em 1986 sobre o estado do conhecimento a respeito da alfabetização, iniciativa esta que será melhor comentada em um momento posterior do presente trabalho. Podemos ver que em tais pesquisas realiza-se um estudo bibliográfico sobre um determinado assunto com o objetivo de oferecer à comunidade – acadêmica ou não – uma visão ampla a respeito do que já foi e está sendo produzido e pesquisado dentro de uma área de conhecimento. Como diz Soares (1989:3), estudos com tais características são de fundamental importância, pois “podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas”. É através desse tipo de pesquisa que temos a possibilidade de avançarmos em nossos estudos, uma vez que estaremos conscientes de tudo aquilo que já foi produzido – evitando repetições desnecessárias - e dos pontos que merecem maiores reflexões e estudos dentro da área de conhecimento que nos interessa. Como bem colocado por Haddad, trabalhos como esses:

[...] permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura. (HADDAD, 2002: 9).

Além disso, temos, ainda, condições de estabelecermos ligações e diálogos entre as mais diversas perspectivas que, juntas, podem contribuir para um melhor entendimento e um possível aperfeiçoamento do tema em estudo. E as Revistas Científicas apresentam-se como uma fonte de valor indiscutível para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza.

Não há dúvidas de que o desenvolvimento de um estudo sobre o Estado do Conhecimento de um dado conceito não é um empreendimento simples, que requer apenas uma leitura breve dos materiais envolvidos. Pelo contrário, ele exige uma tomada de posição consciente e crítica por parte do pesquisador, além de um adequado referencial teórico que permita, após uma séria leitura dos textos, classificá-los e agrupá-los a partir de indicadores como os temas, tipo de dados e campos disciplinares adotados em cada texto analisado. Como bem colocado por Ferreira, frente ao material coletado:

[...] foi difícil organizar esse significativo conjunto de pesquisas acadêmicas quanto ao volume e à vitalidade dos diferentes campos teóricos, à complexidade do objeto, ao caráter interdisciplinar e à diversidade dos procedimentos metodológicos assumidos... (FERREIRA, 2001: 65)

1.1. Alfabetização e Letramento

Na década de 80, com o desenvolvimento dos estudos sobre a psicogênese da língua escrita, a visão que definia a alfabetização como uma simples e mecânica apropriação de um código foi sendo cada vez mais substituída por aquela que a entendia como um processo complexo, no qual se fazia necessária a atuação direta do aprendiz, envolvendo mecanismos além do estritamente linguístico. Além disso, a sala de aula foi deixando de ser o único espaço em que se acreditava que ocorresse a aprendizagem. A vida, a prática, o uso, enfim, a realidade do aprendiz em suas atividades diárias de contato com a língua, passaram a ser vistas como determinantes para o sucesso da alfabetização e da educação como um todo. Como vemos em Ferreira:

No período de 1986 a 1990 inaugura-se a perspectiva psicológica ligada ao cognitivismo, e desde então intensificam-se os trabalhos em que a compreensão não está mais exclusivamente subordinada às coerções estruturais do texto ou às habilidades e atitudes a serem desenvolvidas no leitor. A compreensão passa a ser vista como um processo de construção

dos sentidos do texto pelo leitor, numa relação de interação.
(FERREIRA, 2001:130)

Foi nesse contexto que, em 1986, pela primeira vez no Brasil, o hoje conhecido termo ‘letramento’ é usado pela pesquisadora Mary Kato em sua obra “*No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*”. Na mesma época, surgem os termos *illettrisme*, na França e *literacia*, em Portugal, distinguindo-se de *alphabétisation* e *alfabetização*. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, ainda que o termo *literacy* já estivesse formalizado e dicionarizado desde o final do século XIX, foi nos anos 80 que o fenômeno por ele nomeado tornou-se alvo de investigações e debates entre os estudiosos da linguagem. Dessa forma, foi a partir desse momento que tal conceito passou a ser dominante nos discursos, pesquisas e, em muitos casos, na prática dos envolvidos com o setor educacional em nosso país. O aluno deixa de ser tratado como o único responsável pelo fracasso em sua aprendizagem, e questões sociais e culturais passam a fazer parte da luta por um bom resultado no ensino. De fato, não vendo sentido para aquilo que aprendem no ambiente escolar, não conseguindo transferir os saberes aprendidos nesse local para a sua realidade e necessidade diárias, muitos alunos desinteressam-se e ficam desestimulados a continuarem os estudos, o que acaba culminando no baixo desempenho dos mesmos. Muitas vezes, não sendo capazes de se identificar com o contexto escolar, alguns alunos pertencentes a uma classe social distinta daquela tida como o modelo pelos educadores, passam por um processo de negação de um mundo que lhes é estranho, com um forte receio de terem anuladas suas raízes, sua história, seu modo de pensar, falar e agir, enfim, sua própria identidade. É também com estas questões que, sem dúvida, a escola precisa aprender a lidar caso queira, de fato, propiciar um ensino de qualidade aos seus mais distintos alunos.

Contudo, como bem apontado por Soares:

[...] ao contrário do que ocorre em países do Primeiro Mundo, como exemplificado com França e Estados Unidos, em que a aprendizagem inicial da leitura e da escrita – a alfabetização, para usar a palavra brasileira – mantém sua especificidade no contexto das discussões sobre problemas de domínio de habilidades de uso da leitura e da escrita – problemas de letramento –, no Brasil os conceitos de alfabetização e

letramento se mesclam, se superpõem, freqüentemente se confundem (SOARES, 2004: 7).

Essa falta de especificidade acaba, sem dúvida, por gerar a perda da singularidade que cada um desses conceitos possui. Esse desentendimento esteve presente – e ainda se mantém – no pensamento e, conseqüentemente, na prática de muitos pesquisadores e educadores, o que acaba por trazer sérias conseqüências ao processo de ensino-aprendizagem. Como afirma Soares (2003: 17), atualmente “todos têm uma bela teoria construtivista da alfabetização, mas não têm método. Se antigamente havia método sem teoria, hoje temos uma teoria sem método”. E não há dúvidas de que, não tendo claro o que cada um desses termos significa e como eles devem fazer parte do ensino, não se trabalha adequadamente com eles, de modo que a criança acaba não sendo nem alfabetizada e nem letrada eficazmente.

Segundo Gaffney e Anderson (2000), nas últimas décadas vemos mudanças nos paradigmas teóricos da alfabetização: se, nas décadas de 60 e 70, imperava o paradigma behaviorista, esse quadro foi sofrendo sucessivas alterações com as novas ideias defendidas pelo paradigma cognitivista – também conhecido como construtivismo -, com presença marcante nos anos 80, e pelo paradigma sociocultural, cuja predominância acentuou-se na década de 90. A criança passa a ser vista como sujeito ativo de sua aprendizagem, abandonando a imagem da ‘tábula rasa’, assim como a pressuposta existência dos pré-requisitos para a aprendizagem (uma criança pronta para receber o aprendizado da leitura e da escrita). Sendo tratada sob uma visão interacionista, a aprendizagem é vista como uma construção contínua do conhecimento, estabelecida na relação entre o sujeito da aprendizagem e a escrita. Da mesma forma, os erros cometidos, longe de serem deficiências das próprias crianças, são vistos como hipóteses, como tentativas de acerto e como mostras de que a criança está agindo e interagindo com seu objeto de aprendizagem. Nesse cenário, dissociar ou mesmo homogeneizar alfabetização e letramento é um grande equívoco. Assim como apresentado por Soares (2004), a alfabetização acontece sempre no contexto do letramento, isto é, de práticas sociais de uso da língua escrita e este, por sua vez, só é possível através do evento da alfabetização – aprendizagem do código escrito. É por isso que podemos dizer que esses dois importantes conceitos – alfabetização e letramento - não ocorrem separadamente, mas sim simultaneamente e precisam ambos

estar presentes no ensino para que o sucesso possa ser o resultado final da passagem do aluno pelos bancos escolares.

Capítulo 2 - Metodologia

2.1 As Revistas Científicas

Para nos referirmos aos suportes através dos quais os trabalhos e pensamentos acadêmicos e científicos ganham circulação entre estudiosos das mais distintas áreas, temos a chamada ‘publicação seriada’, a qual é vista como sendo uma categoria ampla e genérica, que abrange os periódicos, jornais, anuários, anais de congressos, entre outras publicações de natureza semelhante. No Brasil, o termo “periódico científico” é usado comumente como sinônimo de “revista (científica)”, de forma, porém, bastante aleatória. Como colocado por Stumpf:

O uso dos termos “periódicos científicos” ou “revistas científicas” é diferenciado pelo tipo de profissionais que os utilizam. Os bibliotecários preferem a denominação “periódicos científicos”, utilizando esta forma de expressão como termo técnico. Já os pesquisadores, cientistas, professores e estudantes preferem a denominação “revistas científicas”. Este grupo muitas vezes nem se preocupa em qualificar os termos “revistas” pelo adjetivo “científicas”, considerando que o próprio ambiente acadêmico em que estas publicações são usadas dispensa esta qualificação. (STUMPF, 1998:5)

Da mesma forma, como afirma Schultze:

“O periódico científico é uma publicação seriada e com periodicidade definida, sendo também chamado no Brasil de Revista Científica. O surgimento de periódicos é atribuído ao século XVII, após o início da ciência experimental (...)” (SCHULTZE, 2005: 3)

Seguindo esta tendência, optei, no presente trabalho, pela denominação “revistas (científicas)”, sendo esta apenas uma questão de preferência de nomenclatura.

Esta rica fonte de dados foi escolhida por tratar-se de um veículo de circulação rápida entre pesquisadores e estudiosos que nos oferece os trabalhos desenvolvidos no momento em que as ideias e discussões estão sendo realizadas. Os

artigos nelas publicados apresentam-se como um recorte da produção acadêmica ativa, que corresponde àquilo que está em processo de descoberta, de investigação, enfim, das ideias defendidas dentro das universidades. De fato, o domínio escolhido, o da teorização acadêmico-científica:

[...] relaciona-se, neste estudo, ao saber acadêmico produzido no espaço universitário, ou seja, ao conjunto de práticas que ordenam determinados saberes segundo a especificação de aportes teóricos e correntes disciplinares (GOMES-SANTOS, 2004: 2).

Com esta escolha buscou-se, assim, “... uma compreensão das várias facetas sob as quais a ciência pode elucidar o fenômeno e, nesse sentido, considerou-se como produção pertinente a acadêmica e científica” (Soares, 1989:6). É por esse motivo que, como afirma Mueller (2001:48), este tipo de trabalho realizado na presente pesquisa “é pertinente para uma área que busca conhecer-se melhor, e a fonte escolhida - o artigo publicado- certamente reflete as preocupações e interesses dessa área”.

Além disso, a relevância da escolha pelas revistas científicas concentra-se também no fato de serem as universidades um reflexo tanto dos anseios e tendências internas das pesquisas atuais em fase de emergência, provindas daqueles que a elas se ligam diretamente, quanto dos apelos e pressões externas, oferecidas pela comunidade que deposita nesses centros de saberes esperanças de mudanças e transformações positivas da realidade que a circunda. Como lembrado por Ferreira:

Como se sabe, nos anos 80, após o período de ditadura no país, vive-se um clima de abertura política, propiciando a reflexão sobre a educação para uma nova e transformadora sociedade que se quer construir. Exige-se das universidades explicações e soluções para o reiterado fracasso escolar, para a evasão dos alunos das escolas, para a qualidade de ensino, para a nova clientela das escolas, entre outras questões (FERREIRA, 2001:133).

Ou seja, as pesquisas, trabalhos e discussões realizadas nesse centro de saber são uma forma de mostrar não apenas as questões que incomodam e incitam os pesquisadores a uma reflexão e estudos aprofundados, mas também uma espécie de

resposta à comunidade, à população que espera desses grandes centros de saber – e de seus responsáveis - medidas que possam promover uma mudança positiva nos problemas que interferem diretamente em suas vidas. De fato, os:

(...) pesquisadores parecem dispostos a atender a uma determinada demanda social que “cobra” propostas e soluções para certos problemas, principalmente o reiterado fracasso da escola brasileira. Um dos caminhos que vislumbram é conhecer o que já está construído e produzido e então buscar o que ainda não foi feito (FERREIRA, 2001:54).

E, nesse caso, o sistema educacional é visto como uma das maiores áreas de interesse de nossa população.

2.2. Histórico das Revistas Científicas

O conhecimento científico é algo em constante ampliação e aperfeiçoamento. Nos grandes centros de pesquisa, se há algo que jamais cessa é a construção de saberes, de novas formas de lidar, estudar e pensar sobre os mais diversos assuntos dentro das inúmeras áreas de conhecimento. Tais saberes podem ser transmitidos através de canais formais, como livros, artigos e revistas, ou informais, através de diálogos, troca de correspondências e informações entre os estudiosos.

Como afirma Freitas:

Antes do surgimento dos periódicos científicos, desde a invenção da imprensa até o século XVII, as notícias sobre a ciência, as técnicas variadas e as invenções eram veiculadas em folhetins, em volantes e em jornais cotidianos. Até essa época, o conhecimento mais especializado era comunicado por correspondências realizadas entre os cientistas ou enviadas às agremiações científicas. Essas correspondências vão originar, no século XVII, as publicações científicas, as quais, ao contrário das anteriores correspondências entre os estudiosos, são voltadas a um público mais amplo, embora específico (FREITAS, 2006:54)

De fato, antes da existência oficial das revistas científicas, os ditos “homens da ciência”, faziam uso das cartas como o meio mais eficaz para transmitir e compartilhar seus estudos e pensamentos com o círculo de colegas também interessados nessas reflexões, formando-se pequenos grupos para análise e discussões críticas das ideias em circulação. Como bem colocado por Stumpf:

A correspondência pessoal foi o primeiro meio utilizado pelos cientistas para a transmissão de suas idéias. As cartas eram enviadas pelos homens de ciência a seus amigos para relatar suas descobertas mais recentes e circulavam entre pequenos grupos de interessados que as examinavam e discutiam criticamente. (STUMPF, 1996)

Porém, dado que os próprios autores escolhiam os destinatários para seus estudos, dificilmente suas teorias eram refutadas, o que, de certa forma, diminuía a eficácia desses debates. Além disso, devido ao seu lento processo de divulgação, este certamente não era o meio mais adequado para a circulação e progresso do conhecimento científico. Ainda segundo os estudos de Stumpf (1996), em sintonia com as cartas, existiam também as chamadas atas, ou seja, transcrições de reuniões nas quais eram apresentadas novas descobertas ou pensamentos a fim de que, posteriormente, pudessem ser consultadas por aqueles que por eles se interessavam. Como bem demonstrado pela autora:

As cartas e as atas eram veículos de divulgação utilizados pelos participantes dos "colégios invisíveis"(invisible college). Estes grupos, assim chamados para se diferenciarem dos colégios universitários oficiais (oficial university college), serviram de base para a criação das sociedades e academias científicas. Seus membros participavam regularmente de encontros (alguns secretos), nos quais realizavam experimentos de pesquisa, avaliavam os resultados e discutiam sobre temas filosóficos e científicos. Os relatos e as conclusões desses encontros eram muitas vezes registrados, e as cópias, distribuídas como cartas ou atas a amigos que estavam desenvolvendo pesquisas análogas (STUMPF, 1996).

Estas duas formas de produção – que ainda se mantêm nos dias de hoje, sob a forma de correspondências informais entre pesquisadores e de registros das palestras e apresentações feitas - contribuiram para o surgimento e consolidação das

revistas científicas tais como as conhecemos atualmente. E hoje já não há dúvidas de que estas revistas se apresentem com um meio de fundamental importância para o desenvolvimento das pesquisas no meio científico. São elas um rico canal de comunicação entre pesquisadores e uma forma eficiente e dinâmica de divulgação dos saberes construídos, além de contribuírem para o progresso e o incremento cada vez maior dos estudos realizados por pesquisadores dos mais diversos países.

A atividade de divulgação científica é bastante antiga. O *Journal des Sçavants* começou, em 1665, a ser publicado semanalmente em Paris, abrangendo questões científicas, com informações e pensamentos sobre física, química, anatomia e meteorologia, além de resenhas de livros do interesse do editor de tal periódico. Durante toda a sua trajetória, esta revista teve vários momentos de interrupção por diversos motivos, entre eles a censura imposta pela Inquisição. Contudo, sobrevivendo a todos esses impasses, a revista continua em circulação até os dias de hoje.

O mesmo ano que marcou o início da revista francesa acima mencionada também é marco da criação da Royal Society of London, época em que era alto o número de publicações científicas. Buscando uma forma mais ampla de divulgação das pesquisas desenvolvidas pelos membros da associação, um dos secretários da Sociedade, Henry Oldenburg, deu início à publicação da *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. Nesta, ao contrário da primeira, foram deixadas de lado as seções legais e teológicas, destacando-se principalmente os relatos de experimentos realizados pelos cientistas.

Assim, o século XVII pode ser considerado o marco do surgimento das revistas científicas, após o início da chamada ciência experimental, havendo a necessidade de um meio mais eficaz para a divulgação dos estudos e trabalhos dos cientistas e pesquisadores. E podemos dizer que foi com a introdução das revistas de resumo, em 1830 (*Pharmazeutishes Zentralblatt*), que se deu um grande impulso ao desenvolvimento e ampliação do uso desses importantes periódicos de caráter científico. Ao longo de todo o século XX, presenciamos um acentuado crescimento das publicações, as quais passaram a ser desenvolvidas também por editores comerciais, pelas universidades e até mesmo pelo Estado.

Assim como demonstrado no estudo de Freitas (2006), vemos que, no Brasil, a circulação de estudos científicos teve início no século XIX, através de jornais cotidianos de caráter mais amplo, sem especialização. O *Gazeta do Rio de Janeiro*, em

1808, é considerado como o primeiro grande periódico voltado para a divulgação de assuntos científicos, sendo seguido pelo *Idade d'Ouro do Brasil*, na Bahia, e pelas revistas *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (o primeiro jornal literário brasileiro), também na Bahia, além de *O Patriota* (Rio de Janeiro), sendo este considerado por muitos como o primeiro periódico voltado para as ciências e para as artes a ser impresso em nosso país, embora tenha tido apenas 18 números, sendo extinto em 1814. Somente depois de oito anos surge outro periódico semelhante, o *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura Publicados por huma Sociedade Philo-Technica no Rio de Janeiro* (Freitas, 2006) que, contudo, não teve uma existência longa, conhecendo a extinção no primeiro exemplar publicado.

Ainda que tenhamos presenciado o surgimento de diferentes revistas científicas a partir do século XVII, o que vemos é que, até 1830, não havia a publicação de periódicos especializados em áreas, como ocorre hoje, uma vez que eles se apresentavam como fonte de assuntos diversos, uma verdadeira mistura de campos, formas e assuntos. Como afirma Miranda e Pereira, o periódico científico:

“[...] criado em 1665, transformou-se, de um veículo cuja finalidade consistia em publicar notícias científicas, em um veículo de divulgação do conhecimento que se origina das atividades de pesquisa”. E “a transformação do artigo científico em sua forma atual não se completou senão acerca de um século atrás. O que havia anteriormente era muita publicação de "notícias científicas"” (MIRANDA E PEREIRA, 1996: 375-376).

Não há dúvidas de que os periódicos são importantes meios para a divulgação e circulação de conhecimento, para proporcionar debates valiosos com vistas no enriquecimento, no aperfeiçoamento de ideias e teorias até então acreditadas como certas ou até mesmo incontestáveis, assim como para o reconhecimento de pesquisadores e de estudiosos que investem seriamente tempo, estudo e recursos para o desenvolvimento de pesquisas dentro das mais diversas áreas de conhecimento. Mas para que eles possam cumprir com estas suas funções, deve haver uma consolidação desses periódicos como instrumentos que, de fato, tenham impacto e uma presença de valor dentro da comunidade científica. É por isso fundamental que haja uma participação efetiva de grupos de estudiosos e de instituições nas pesquisas, nas

publicações, na leitura, nas avaliações e na disseminação dos artigos neles apresentados. Assim sendo, para que possamos confiar na credibilidade de uma fonte científica como esta com a qual estamos lidando no presente trabalho, é indispensável a existência de um rigoroso processo de avaliação e classificação das revistas científicas.

Segundo Stumpf (1998), alguns dos grandes problemas dos periódicos brasileiros considerados em nível nacional são a sua proliferação e a curta vida útil que possuem, esgotando-se depois da publicação de alguns exemplares. É o que também defende Marcuschi, estudioso que afirma faltar nas revistas uma efetiva padronização e regularidade, além de apresentarem periodicidade baixa e uma distribuição muito ruim. Isso sem falar que muitas delas não possuem um critério rígido de seleção e análise dos artigos publicados, acabando por conter publicações que seriam rejeitadas em uma revista de maior credibilidade. De fato, foi apenas em 1960 que surgiram no Brasil os primeiros estudos sobre a avaliação de revistas científicas e somente a partir da década de 80 os trabalhos começaram a apresentar uma maior preocupação com a determinação de critérios para se firmar a qualidade dos materiais que fariam parte das publicações seriadas, como os estudos de Braga e Oberhofer (1982), *“Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros”*, e o de Schwartzman (1984), *“A política brasileira de publicações científicas e técnicas: reflexões”*, com vistas a se estabelecer critérios específicos e determinados para a clara efetivação de sua avaliação.

Cumprindo com tais exigências, no dia 11 de julho de 1951, foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possui um papel central na expansão e consolidação de programas de Pós- Graduação *Stricto Sensu* nos estados da Federação. Em 1981, através do Decreto nº 86.791, a CAPES é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Assim, com o objetivo de melhor avaliar a qualidade da produção intelectual dos programas de Pós- Graduação do país, foi criado o QUALIS, um conjunto de procedimentos usados pela CAPES, que passaria a oferecer uma lista com a avaliação dos veículos usados pelos centros de saber para a publicação de suas pesquisas e de suas reflexões. Para isso, a classificação dos periódicos, atualizada anualmente, é realizada a partir das áreas de avaliação, sendo esses veículos classificados em níveis, onde o A1 representa o grau avaliativo mais elevado, seguido pelo A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, este último com peso zero. Pelo fato de um mesmo periódico poder ser enquadrado em mais do que uma área de conhecimento, ele pode

receber diferentes avaliações, o que está longe de ser uma incoerência. Afinal, tudo depende do valor que cada área atribui ao conteúdo que está sendo explorado pelo pesquisador. O WebQualis é o aplicativo que permite a classificação, a consulta e a divulgação da avaliação dos periódicos.

Atualmente, em sintonia com o desenvolvimento cada vez maior da Internet, muitas revistas passaram a ter suas edições publicadas na versão on-line, já que os progressos da editoração eletrônica possibilitaram uma melhoria da qualidade e da rapidez no processo editorial das revistas. Na mesma linha, algumas delas passaram a ter suas versões apenas em rede, embora esse processo ainda esteja em fase inicial. Neste caso, os artigos a serem publicados passam pelos mesmos processos de análise daqueles enviados às revistas ‘de papel’ impresso, quais sejam o recebimento e registro dos artigos, análise pela comissão editorial e avaliação pelos consultores, formatação segundo os padrões específicos da revista, revisão e publicação. A grande vantagem, nesse caso, refere-se à rapidez e ao menor custo do processo quando comparados com os das revistas impressas. É evidente que, inseridos no mundo da Internet, muitos artigos podem ser colocados na rede sem que antes tenham passado por uma séria leitura e análise. Porém, isso ocorre em iniciativas pessoais, sem origem confiável, havendo a necessidade de o leitor estar sempre em alerta frente à origem dos artigos que farão parte de sua leitura diária.

Uma questão que se fez bastante polêmica no campo das revistas eletrônicas concentra-se nos chamados ‘textos cooperativos’, isto é, naqueles em que há uma grande interatividade em sua produção, tornando necessária uma revisão no conceito de autoria que predominou até o presente momento, podendo ser este um dos grandes passos a serem dados para o enriquecimento da ciência.

2.3. Desenvolvimento da pesquisa

A produção de pesquisas e o desenvolvimento de estudos sobre o período de aquisição da escrita por crianças no espaço escolar não é uma tendência nova. Dessa forma, qualquer pesquisa que se volte para esta questão precisa considerar a produção anterior que já foi desenvolvida e apresentada a respeito de tal tema. Para tanto, é fundamental que sejam realizados estudos que tenham como objetivo mapear, organizar e apresentar o conjunto de saberes produzidos sobre a aquisição da escrita por crianças

em idade escolar, a fim de que progressos sejam obtidos dentro desta área de pesquisa. Dessa forma, posso afirmar que o presente trabalho é uma contribuição para a organização e análise das produções sobre a aquisição da escrita e um indicador da necessidade e possibilidade de novos estudos a serem realizados sobre tal tema.

A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se no levantamento e análise de artigos publicados em revistas científicas de diferentes instituições e que fazem parte do acervo da biblioteca do IEL – Instituto dos Estudos da Linguagem - Unicamp. A leitura analítica das publicações foi feita tendo como referencial principal as categorias que tornaram possível identificar, em cada artigo em particular e nas comparações feitas entre os grupos de artigos determinados, as facetas através das quais o fenômeno da aquisição da escrita por escolares iniciantes foi tratado e considerado ao longo das décadas de 80, 90 e 00 nesse cenário particular: o da publicação em revistas científicas.

O período estudado foi escolhido pelo fato de representar uma época de mudanças políticas efetivas no âmbito da democratização do país, além de ser cenário de importantes manifestações sociais, como o movimento docente. Foi também a partir dos anos 80 que os estudos da linguagem começaram a voltar o olhar para a aquisição da escrita, já que, antes disso, a preocupação para tal evento era oriunda, principalmente, de áreas como a psicologia e a pedagogia. Assim sendo, após a década em questão, o conceito de alfabetização apresentou mudanças significativas, impulsionado pelas contribuições oferecidas pelas Ciências Linguísticas e, sobretudo, pela Teoria Psicogenética da Escrita, com as ideias de Emília Ferreiro.

O levantamento inicial do corpus desta pesquisa foi feito através de sucessivas visitas à biblioteca do Instituto dos Estudos da Linguagem – IEL. A escolha deste cenário é justificada pelo fato de a Unicamp ser um dos maiores centros que desenvolvem estudos preocupados com a questão da aquisição da escrita, além de que sua biblioteca abriga exemplares provindos de diferentes instituições do país, sendo, assim, uma mostra representativa das tendências e discussões realizadas sobre a aquisição da escrita por crianças aprendizes desta modalidade.

Para cada texto lido, foi elaborada uma ficha na qual foram colocadas as questões centrais que apareciam no interior do mesmo e que seriam peças fundamentais para o posterior trabalho de organização e classificação dos artigos. Após essa leitura individual dos escritos selecionados, parti para a junção e comparação de suas fichas, com o objetivo de delinear as categorias que melhor abrangessem a natureza das

pesquisas em questão. Nessa fase, muitas dúvidas surgiram e em diversos momentos uma retomada dos artigos na íntegra fez-se necessária a fim de clarear as anotações feitas e as classificações inicialmente estabelecidas. Passada essa dificuldade primeira, foram definidas as categorias de análise através das quais os artigos seriam organizados e que, juntas, ofereceriam uma mostra das linhas e tendências que caracterizariam os estudos produzidos e efetivados. Dessa forma, como proposto por Soares (1989) e também presente em Gomes-Santos (2004), os textos foram analisados e agrupados a partir de seus aspectos fundamentais, tais como os temas assumidos (o ponto de vista temático); o tipo de pesquisa adotado (o tipo, a natureza da pesquisa realizada, ou seja, se elas se baseiam, entre outros, na “exposição de idéias, relato de experiência ou apresentação de investigação” (Soares, 1989:13)); o tipo de dados utilizado e o campo disciplinar no qual as pesquisas foram desenvolvidas, buscando verificar, em nosso caso, a aplicabilidade da hipótese que afirma serem eles provindos, como afirmam Fiad et alii (2000:495) “de duas principais áreas do conhecimento – Linguística e Psicologia”.

É válido ressaltar um problema sentido no caminho até a determinação do item “campo disciplinar”. Inicialmente, foi estabelecida a categoria “pressuposto teórico”; contudo, dada a dificuldade de se estabelecer, em muitos dos artigos, uma única teoria atuante nos pensamentos e práticas de seus pesquisadores e já que a maioria dos artigos seria melhor enquadrada dentro de “campos disciplinares”, optei pela determinação deste item, em substituição ao anterior. Com isso, foi conseguida uma melhor classificação e a possibilidade de um agrupamento mais claro e coerente dos textos lidos e analisados. Afinal, como bem colocado por Gomes-Santos (2002:21), “não há como estabelecer limites muito rígidos entre os vários referenciais teóricos que dão suporte aos trabalhos, já que em muitos deles o mais comum é o entrecruzamento de referências teóricas”.

O corpus inicial da presente pesquisa era formado por 246 artigos, divididos em 26 revistas, que foram lidos e analisados dentro das categorias estipuladas. Todos eles mantinham fortes relações com a aquisição da escrita, fato este que me fez, em um primeiro momento, considerá-los como constituintes de meu corpus. Contudo, depois de uma leitura mais atenta dos mesmos, cheguei à conclusão de que muitos deles abriam espaço para outro recorte temático, expandindo aquele universo dentro do qual os artigos deveriam se localizar, ou seja, o período que compreendia a aquisição da

escrita por crianças em fase inicial de sua aprendizagem em ambiente escolar. Assim sendo, foram desconsiderados os artigos nos quais os pesquisadores trabalhavam com adultos ou jovens do ensino fundamental II que tinham dificuldades no processo de apreensão do código escrito, ou aqueles em que se estudava a aprendizagem do sistema da escrita por uma comunidade em particular, tais como grupos de indígenas ou de moradores de um assentamento de Sem Terras.

Da mesma forma, por lidarmos, neste estudo, com artigos científicos que deveriam apresentar resultados de estudos desenvolvidos, aplicados ou efetivamente acompanhados pelos pesquisadores, foram também desconsiderados os textos nos quais o estudioso apresentava somente reflexões, sugestões, ou apenas tecia considerações teóricas sobre a realidade do sistema de ensino inicial da escrita.

As revistas científicas, que inicialmente apresentavam-se dentro do corpus composto por 26 títulos, sofreram uma redução, culminando em 17 títulos para análise. Tal redução foi uma resposta a um processo de seleção mais criterioso desenvolvido por mim sobre os exemplares das revistas que deveriam ter seus artigos lidos e analisados. Para isso, após uma consulta ao QUALIS, as revistas foram selecionadas tendo como critério sua avaliação dentro deste sistema dotado de significância e seriedade indiscutíveis, passando a fazer parte de meu corpus de estudo apenas aquelas revistas que receberam uma avaliação A1, A2 e B1 na área de Letras e Linguística. É válido destacar, nesse ponto, que algumas das revistas selecionadas foram também avaliadas dentro da área da Educação, recebendo, muitas vezes, uma classificação diferente daquela que lhe coube dentro do campo de Letras e Linguística. Contudo, para manter uma maior coerência e clareza na determinação dos critérios de seleção que atendem às exigências do presente estudo, foram consideradas apenas as avaliações aplicadas às revistas na área de Letras e Linguística.

É válido ressaltarmos, ainda, que o artigo *A produção escrita da criança e sua avaliação*, da pesquisadora Maria Laura Mayrink- Sabinson esteve presente em duas revistas diferentes, sendo elas: *Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas* (24): 19-33, jan/jun 1993 e em *Leitura, Teoria e Prática*, Ano 12, dez/1993, nº 22. Porém, para efeito de classificação e organização dos artigos, em nossa análise foi desconsiderada uma de suas aparições, sendo, assim, identificado como parte integrante de apenas uma das revistas nas quais ele foi publicado. Tal escolha, fruto de uma ação

aleatória, até mesmo pelo fato de ambas apresentarem o mesmo ano de publicação, recaiu sobre a revista *Cadernos de Estudos Linguísticos*.

Segue-se, abaixo, a apresentação de cada uma das revistas científicas cujos artigos fizeram parte do meu corpus de pesquisa:

Revista da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística

A Associação Brasileira de Linguística foi fundada em 1969, em São Paulo. A Revista da ABRALIN possui uma publicação semestral, cujo objetivo é publicar textos originais e inéditos em Teoria e Análise Linguística, seja em português, inglês, francês ou espanhol.

ALFA: Revista de Linguística

A ALFA: Revista de Linguística é publicada, em Araraquara, desde 1962. Nela são apresentados semestralmente trabalhos originais das mais diversas linhas de pesquisa relacionadas aos Estudos Linguísticos que tenham sido escritos por professores e pesquisadores da UNESP e de outras instituições nacionais e internacionais. Todas estas publicações devem conter artigos inéditos, retrospectivas, resenhas, entrevistas ou traduções formuladas.

Cadernos de Estudos Linguísticos

A revista *Caderno de Estudos Linguísticos* é publicada desde 1978, com periodicidade semestral, patrocinada pelo Departamento de Linguística (DL) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Reúne trabalhos sobre questões de interesse científico em qualquer subárea da Linguística que sejam escritos em português, inglês, francês ou espanhol.

DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada

A revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada – DELTA - é publicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) desde 1985, com periodicidade semestral desde 1992, tendo em fevereiro e em agosto os meses de sua publicação.

Os estudos publicados pela revista devem necessariamente ser inéditos, de caráter teórico ou aplicado, desenvolvidos a partir de qualquer área relacionada a algum dos muitos aspectos voltados ao fenômeno linguístico.

Educação e Sociedade

A revista Educação e Sociedade é uma publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) que abriga artigos e resenhas na área de Ciência da Educação, sendo, hoje, uma das mais importantes revistas na área da educação no país. Publicada desde 1978, a revista tem periodicidade quadrimestral, sendo que, desde 1995, um número especial temático é organizado a cada ano, fazendo com que a revista passe a ter uma publicação trimestral.

Intercâmbio

Intercâmbio é uma publicação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Durante seus 15 anos, a Revista Intercâmbio firmou-se como um espaço destinado a discussões de questões ligadas à Linguística Aplicada e aos Estudos da Linguagem e teve como objetivo principal incentivar a publicação de trabalhos apresentados por ocasião do Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada (InPLA), um evento organizado pelo LAEL, na PUCSP.

A partir de 2007, a revista passa a ser semestral e a aceitar trabalhos em português, espanhol, inglês, francês e italiano, em números temáticos ou não.

Intercâmbio - Mariana (MG)¹

A Revista Intercâmbio (MG) foi criada em 1997 com o objetivo de oferecer um meio rápido e dinâmico para a circulação de estudos e reflexões sobre ideias nascidas do curso de Pós- Graduação em Literatura Comparada que funcionou no ICHS entre 1996 e 1999. Esta revista tinha como principal objetivo a divulgação de artigos desenvolvidos por alunos e professores do então curso de Pós-Graduação. Infelizmente, por motivos que não nos cabe aqui mencionar, a revista teve vida curta, oferecendo à comunidade científica exemplares de seu periódico apenas no ano de 1997.

Leitura, Teoria e Prática

A revista Leitura, Teoria e Prática (Campinas, SP), foi publicada pela primeira vez em 1982, sob uma parceria entre a Associação de Leitura do Brasil (ALB) e a Editora Mercado Aberto (RS), mas, a partir do nº 42, em 2004, a publicação passou a ser uma atribuição da Global Editora (SP). Sua periodicidade é semestral, com lançamentos nos meses de junho e novembro de cada ano. Destaca-se por ser o único periódico científico a tratar especificamente de aspectos da leitura no país.

¹ É necessário explicar o porquê da inclusão desta revista em minha análise. Inicialmente, dada a semelhança entre seus títulos e ao fato de os poucos exemplares da mesma estarem misturados àqueles referentes à Revista Intercâmbio PUC-LAEL, o artigo publicado na revista Intercâmbio Mariana fora considerado como parte do corpus representado pelo outro periódico de mesmo nome. Apenas no final de minha pesquisa é que tal inconsistência fora detectada. Porém, uma vez que todas as análises já estavam concluídas, não havendo tempo suficiente para sua reformulação geral, e dado que o artigo nela inserido apresenta-nos uma discussão válida e relevante para a temática dentro da qual realizamos nossos estudos, optamos pela sua manutenção dentro do corpus analisado.

Letras de Hoje

A Revista Letras de Hoje, editada pelo programa de Pós- Graduação em Letras da PUCRS (Porto Alegre, RS), teve início em 1965. É uma publicação trimestral de trabalhos inéditos das áreas de Linguística, Literatura e Língua Portuguesa, ou que ofereçam resultados de estudos sobre atividades nessas áreas. Apresenta, atualmente, textos completos em formato digital.

Linguagem & Ensino

A revista Linguagem & Ensino é uma publicação semestral do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Pelotas, com início em 1998. Todos os trabalhos aceitos pela comissão avaliadora são publicados integralmente na revista Linguagem & Ensino, no site do periódico e no CD-ROM TELA (Textos em Linguística Aplicada).

Linguagem em (Dis)curso

A primeira edição da Linguagem em (Dis)curso foi no ano de 2000. É uma revista com publicação quadrimestral, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul, Santa Catarina-, que recebe artigos de pesquisadores do Brasil e do exterior que estejam interessados em questões relativas ao campo textual-discursivo.

Os trabalhos nela publicados, portanto, estão circunscritos aos objetos texto e discurso, separadamente ou em sua intersecção, e às teorias pertinentes a tais objetos.

Revista de Estudos da Linguagem

A Revista Estudos da Linguagem é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, com início em 1992, apresentando uma periodicidade semestral. A revista abriga artigos originais e inéditos pertencentes às mais diversas áreas da Linguística, sejam elas teóricas ou aplicadas.

Revista do GEL

A Revista do GEL é uma publicação semestral do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, cujo objetivo é a divulgação de trabalhos, originais e inéditos, das áreas de Letras e Linguística. É este um veículo que agrega artigos, resenhas, notícias ou entrevistas que sejam frutos de trabalhos acadêmicos sem a necessidade de terem sido apresentados em Seminários anuais, como ocorre com a revista de Estudos Linguísticos, outro periódico mantido pela mesma associação. A partir de 2008 a revista passou a ser publicada em meio eletrônico, através do site <http://www.gel.org.br/revistadogel>.

Revista Estudos Linguísticos

Esta revista publica artigos apresentados nos Seminários do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo – GEL- por professores e pesquisadores, sendo predominantes as subáreas da Linguística, Linguística Aplicada e Letras. De 1978 até 1995 houve a publicação impressa da revista de todos os trabalhos apresentados durante os Seminários do GEL, recebendo a revista o nome de *Estudos Linguísticos. Anais dos Seminários do GEL*. Nos três anos que se seguiram, a publicação impressa dos artigos passou a ser feita a partir da seleção de um Conselho Editorial da Revista, a qual foi nomeada como *Estudos Linguísticos, Anais de Seminários do GEL*. De 1998 até 2001 a publicação impressa dos artigos selecionados pelo Conselho Editorial da Revista Estudos Linguísticos deixou de ter o subtítulo Anais dos Seminários do GEL, uma vez que havia a seleção de artigos para a publicação. Durante os anos de 2001 a 2004, passamos a contar com a publicação em CD-ROM dos volumes 30, 31, 32 e 33 da Revista Estudos Linguísticos e entre 2005 e 2008 tivemos a publicação *on line* dos volumes 34, 35, 36 e 37 de tal Revista, sendo que as publicações de artigos eram aceitas apenas após uma criteriosa avaliação feita por pareceristas *ad hoc*.

Revista Letras – Curitiba

A Revista Letras, Curitiba, é uma publicação regular do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, criada em 1953, com publicação anual até o número 44, quando passou a ser semestral. Seu intuito é publicar artigos e ensaios sobre língua, literatura e linguística em diversas línguas modernas, como o português, o inglês, o francês, o alemão, o espanhol e o italiano.

Revista Letras – Santa Maria

A Revista Letras - Santa Maria - foi lançada em 1991 com o propósito de abrigar resultados de pesquisas de estudiosos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Com exceção do primeiro número da revista, que abrigava artigos sobre os mais diversos temas, a partir de seu segundo número a publicação passou a ser temática, com periodicidade semestral, alternado um número dedicado aos estudos linguísticos e outro voltado para os estudos literários.

Trabalhos em Linguística Aplicada

A Revista Trabalhos em Linguística Aplicada é publicada semestralmente pelo Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Em atividade desde 1980, tem como objetivo a divulgação de trabalhos inéditos na área da Linguística Aplicada envolvendo questões de linguagem, de ensino e aprendizagem tanto de língua materna como de língua estrangeira, de tradução e de identidade, além de resenhas de obras recentes na área de interesse da revista.

Ainda no que diz respeito às revistas, faz-se importante, para os objetivos do presente projeto, que sejam apresentados os números referentes à quantidade de exemplares formadores do acervo de cada título estudado, pois tal conhecimento se fará indispensável para a compreensão do fenômeno estatístico e classificatório oferecido no

final da presente análise. Assim sendo, será apresentada, a seguir, a quantidade total de exemplares encontrados na biblioteca do IEL – nosso ambiente maior de coleta – formadores do acervo referente a cada título analisado, mesmo que em vários deles não tenha sido encontrado nenhum artigo cujo objetivo principal do autor fosse o da pesquisa a respeito da aquisição da escrita por crianças em idade escolar em nosso país.

Tabela 1: Número de exemplares das revistas analisadas durante o período estudado

Revistas	Nº de exemplares ao longo do período analisado
Revista da Abralin – Associação Brasileira de Linguística	6 exemplares, somente dos anos 00
ALFA: Revista de Linguística	33 exemplares, sendo: 10 (1980), 12 (1990) e 11(2000-2008)
Cadernos de Estudos Linguísticos	83 exemplares, sendo 16 (1980), 20 (1990) e 47 (2000-2008)
DELTA: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada	63, sendo 9 (1980), 27 (1990) e 27 (2000-2008)
Educação & Sociedade	50, sendo 3 (1980), 15 (1990) e 32 (2000-2008)
Intercâmbio	LAEL – PUC/SP: 6 exemplares, todos de 1990 (de 1993 até 1997);
Intercâmbio - Mariana (MG)	ICHS – UFOP- Mariana, MG> tem 5 exemplares, todos de 1997 ;
Leitura, Teoria e Prática	36, sendo 14 (1980), 17 (1990) e 5 (2000-2008)

Letras de Hoje	99, sendo 30 (1980), 37 (1990) e 32 (2000-2008)
Linguagem e Ensino	18, sendo 0 (1980), 3 (1990) e 15 (2000-2008)
Linguagem em (Dis)curso	18, apenas nos anos 2000
Revista de Estudos da Linguagem (BH)	18, sendo 0 (1980), 9 (1990) e 9 (2000-2008)
Revista do Gel	8, somente nos anos 2000
Revista Estudos Linguísticos	30, sendo 16 (1980), 13 (1990) e 1 (2000-2008)
Revista Letras – Curitiba	42, sendo 10 (1980), 13 (1990) e 19 (2000-2008)
Revista Letras – Santa Maria	28, sendo 0 (1980), 16 (1990) e 12 (2000-2008)
Trabalhos em Linguística Aplicada	54, sendo 14 (1980), 20 (1990) e 20 (2000-2008)

A ideia inicial seria a de que este estudo sobre o Estado do Conhecimento abrangesse tanto as pesquisas voltadas para o período de aquisição do código escrito por crianças em idade de escolarização inicial, como aquelas que tecessem considerações sobre o ensino da escrita. Porém, uma focalização mais restrita foi necessária para que, dentro do tempo destinado à realização de tal pesquisa, uma análise séria, clara e melhor organizada pudesse ser realizada. Os demais artigos que, embora tenham sido lidos, foram retirados do corpus inicial, juntamente com outros títulos presentes em periódicos não selecionados sobre a aquisição e também aqueles que discorrem sobre o ensino da escrita, poderão fazer parte de uma futura pesquisa a ser realizada por mim ou por algum outro pesquisador que se interessar pelo estudo sobre a escrita em nosso país.

É importante ressaltar que o grupo CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita -, órgão complementar da Faculdade de Educação de UFMG, realiza, desde 1990, data de sua fundação, um estudo permanente sobre o Estado do Conhecimento a respeito da alfabetização no Brasil, pesquisa esta que fora iniciada em 1986. Para a realização de tal trabalho, faz-se um levantamento e avaliação da produção

acadêmica e científica - teses e dissertações - sobre a alfabetização. Meu trabalho, de natureza diversa desta importante pesquisa realizada pelo grupo acima citado, é uma complementação aos estudos a respeito do contato inicial e da conseqüente relação que o sujeito aprendiz manterá com o sistema da escrita.

Gostaria, ainda, de mencionar uma das importantes questões que me acompanharam durante o desenvolvimento do projeto e que fora proposta por Gomes-Santos (2002), sobre “como a pesquisa acadêmico-científica alça determinados objetos ao domínio daquilo que é pertinente para ser investigado”, no nosso caso, a aquisição da escrita nas séries iniciais.

Por fim, é importante ressaltar que, embora neste estudo tenham sido analisados apenas artigos que discorreram sobre a aquisição da escrita por crianças na fase inicial de escolarização formal, tenho consciência de que o aprendizado da língua escrita não se limita aos sujeitos dentro dessa faixa etária estabelecida, nem tampouco apenas às crianças em idade escolar. Pelo contrário. Atualmente, mais do que em qualquer outro período, é crescente o número de adultos envolvidos no processo de aquisição do código escrito e, assim, crescem os estudos em que se investigam as práticas e modos de aprendizagem desses sujeitos. Além disso, não há dúvidas de que o aprendizado do código escrito perpassa a vida de todos os sujeitos das mais distintas idades, não se limitando ao período inicial de suas relações com a escrita. Porém, em minha dissertação, voltei-me para a aquisição de crianças no período inicial de seu aprendizado formal, deixando em aberto a sua complementação para um possível estudo futuro.

Nos capítulos que se seguem, os artigos serão organizados partindo das categorias selecionadas para se efetivarem suas análises, quais sejam: tema, campo disciplinar, tipo de pesquisa e tipo de dados. Ao fazer a distribuição dos artigos no interior de cada uma dessas categorias, será oferecida, também, sua divisão dentro do período considerado, o qual será organizado em três blocos correspondentes às décadas de 80, 90 e aos anos 2000. Por fim, questionarei se há uma correspondência entre tema e campo disciplinar, entre tema e tipo de pesquisa e entre tipo de dados e tipo de pesquisa ou se, nesses casos, predomina certa aleatoriedade.

Capítulo 3 - Análise do corpus

3. 1. Temas Predominantes

O fenômeno da aquisição da escrita pode ser considerado a partir de diferentes ‘pontos de partida’, ou seja, partindo-se de diferentes temáticas, as quais oferecerão o cenário dentro do qual o trabalho se desenvolverá. Embora cada artigo tenha uma particularidade que justificaria sua colocação em um tema único e individual, tais escritos foram agrupados dentro de quatro grandes grupos temáticos, que oferecem uma mostra representativa e significativa do assunto, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2: Distribuição dos temas predominantes

Temas	Número de artigos
Produção do aluno	104
Ambiente de sala de aula e práticas de ensino	19
Letramento e Ensino Digital	2
Materiais	4
Total de artigos	129

A seguir, apresentaremos cada uma das temáticas separadamente, destacando suas características e particularidades.

3.1.1. Produção do Aluno

O primeiro grande tema elencado foi o da ‘produção do aluno’, englobando todos os textos que discorrem sobre algum dos muitos aspectos envolvidos com o material – escrito ou oral - produzido pelo aprendiz no período de aquisição da escrita. Assim sendo, neste item encontram-se trabalhos nos quais o alvo principal de análise recaiu sobre a produção feita pelo aluno aprendiz durante o período em que ocorre sua aquisição da língua escrita. Tais produções não são apenas caracterizadas pela escrita, embora esta modalidade represente a maioria desses materiais, mas também se apresentam como produções orais, comportamentais, enfim, se constituem como qualquer tipo de resultado de ações, de práticas e da aprendizagem ocorrida. A temática central seria, então, aquilo que faz o aprendiz durante o processo de aquisição da língua escrita, sendo que em cada caso uma particularidade ou evento será analisado pelo pesquisador.

A partir da leitura analítica dos artigos, vemos que há uma significativa predominância desta temática dentro do universo por nós explorado, o que nos mostra que, a partir do período analisado, de fato houve uma maior preocupação com o sujeito da aprendizagem, ou seja, com o aluno em fase de aquisição da língua escrita.

Tabela 3: Quantidade de artigos sob a temática ‘produção escrita do aluno’

Total de artigos	129	100%
Produção escrita do aluno	104	80,62%

Por ser um tema bastante amplo, apresentando um fértil campo para o nascimento de distintas ramificações temáticas, é válido discorrermos sobre algumas das diferentes formas de se trabalhar dentro desse cenário maior. Alguns estudos pautaram-se nas relações entre o sistema oral e o escrito, como o artigo de Alvarenga et

al (1989), onde se busca investigar o processo pelo qual o alfabetizando constrói o seu conhecimento do sistema ortográfico do português, e o estudo de Steyer (2001), onde foi analisada a psicogênese do sistema formal de apresentação textual, em especial da pontuação; ou então trabalhos sobre os aspectos fonológicos envolvidos com a aquisição do sistema gráfico da escrita, como visto em Fronza (2007), onde se busca verificar como evolui a produção de vogais e consoantes e se os mesmos aspectos fonético-fonológicos presentes na fala de crianças entre 2 e 7 anos ocorrem na escrita dos sujeitos mais velhos, e Costa (2003), onde se visa identificar a relação do desempenho entre consciência fonológica e a escrita em crianças falantes do português brasileiro. Há um grande número de artigos nos quais o ponto central de análise recaiu sobre questões voltadas para elementos envolvidos com a coesão e coerência das produções dos aprendizes, tais como Ghiraldelo (1989), onde o objetivo é detectar os parâmetros da gramática internalizada das crianças através da coesão e coerência; Soares (1994), onde se discorre sobre o uso de delimitadores convencionais na produção de crianças e as estratégias usadas para planejar o texto e dar continuidade àquilo que eles iniciaram em suas narrativas, e em Soares (2003), estudo no qual são analisados os aspectos coesivos nos textos infantis. Vemos, também, trabalhos cujos elementos impulsionadores de suas análises são as características mais gerais dos textos dos aprendizes, ou seja, aqueles que partem do pressuposto de que tais produções nos dizem algo e que, observando aquilo que oferecem os alunos em seus textos, questões relevantes e importantes para os estudos em aquisição podem ser identificadas. Tal ocorreu com Koch (1995), cujo intuito foi o esclarecimento do como acontece a aquisição da escrita infantil e Rego (1986), onde se desenvolve um estudo buscando identificar como são as histórias que as crianças recém-alfabetizadas escrevem. Há trabalhos em que a preocupação máxima recai sobre a compreensão e análise das rasuras nos textos, como em Calil (1994), onde se pretende reavaliar o que se entende por “rasura”, levando-se em consideração esse aspecto tão importante no trabalho com textos infantis. Ou ainda estudos como o de Moura (2001), no qual a preocupação máxima é sobre as concepções que as crianças têm da linguagem que deve ser utilizada nos livros didáticos a elas apresentados. Temos, também, estudos que partem da hipótese de que os erros ortográficos cometidos pelas crianças em fase inicial de alfabetização, em seus textos espontâneos, são oriundos da inevitável transcrição fonética que ocorre durante este período. Isso é visto em Schwartz (1993), ou então em

Mayrink- Sabinson (1993), onde é feita uma reflexão sobre a avaliação da produção escrita da criança e em Mauro (1992), onde se discutem os aspectos apresentados na avaliação de textos escritos por crianças em fase inicial da alfabetização.

Trabalhos explorando a re-escrita, a retextualização e a refacção também ocupam um lugar reservado dentro do grande tema em questão, como em Gago & Vieira (2006), onde se busca observar como ocorre o processo de retextualização a partir de um trabalho com o gênero fábula, e em Abaurre, Fiad, Mayrink-Sabinson & Geraldi (1994), no qual os pesquisadores se voltam para as operações de refacção de textos representativos no início da aquisição da escrita. Há, também, artigos nos quais são explorados aspectos como a manifestação do estilo, da identidade e da separação entre ficção e realidade pelos aprendizes em seus textos, como em Mayrink-Sabinson (2000), que apresenta um estudo sobre a emergência de estilo, ou em Oliveira (1995), que busca responder o como as narrativas das crianças podem mostrá-las em suas experiências de vida. Sendo o aprendiz a peça fundamental para o processo de aquisição, temos também trabalhos que discorrem sobre a opinião da criança a respeito do sistema com o qual ela passa a entrar em contato, ou seja, a visão ou o valor que ela própria atribui à escrita nessa etapa inicial de seu aprendizado do código em questão. É o caso de Corrêa (2008), que buscou estabelecer os primeiros recortes do que significa a escrita para as crianças em fase inicial de letramento, e de Costa (2001), que se volta para a observação sobre o que as crianças que já leem e escrevem dizem sobre pontuação quando são expostas a textos diversos. Há, ainda, estudos como o de Anunciação (2001), sobre a aquisição da linguagem e a deficiência mental, e de Guindaste (1996), que se desenvolve a partir do trabalho com a reaquisição da linguagem num paciente com afasia de Broca, estabelecendo pontos de comparação com a aquisição da linguagem nas crianças, ou ainda o de Massi & Gregoli (2005), que busca responder se os desvios na escrita seriam ou não sinais de dislexia. Todos eles desenvolvendo um rico trabalho com questões patológicas envolvidas com o processo de aquisição da escrita pelos aprendizes iniciais. Vemos, também, trabalhos nos quais a produção do aluno abre espaço para uma reflexão sobre a relação entre nível de alfabetização e o aspecto social, como em Bordas (1988), que busca investigar as relações entre os níveis de alfabetização e as estruturas cognitivas e sociais subjacentes, assim como a relação entre níveis de alfabetização e estruturas cognitivas e sociais.

Com relação à sua distribuição temporal, vemos que há uma maior produção desta temática na década de 90, época na qual se situa mais da metade das produções desenvolvidas em tal cenário. Em seguida, temos os anos 2000, período no qual se encontram 39% das referidas produções, enquanto que na década de 80 temos uma parcela bastante diminuta, equivalente a 4,8% dos estudos cujo tema principal recai, primordialmente, nas produções dos estudantes. Esse fato nos mostra que aquilo que faz o aluno durante o seu processo de ensino e aprendizado constituiu-se progressivamente como alvo de interesse dos estudiosos da linguagem, mantendo-se, nas últimas décadas, no ápice das preocupações com questões envolvendo o ensino inicial da escrita em nosso país.

É importante explicarmos que, em nossa análise temporal, os artigos cujas temáticas estão sendo avaliadas, serão divididos dentro das três décadas exploradas tanto em termos relativos quanto absolutos. Assim sendo, para a determinação relativa das produções, estabelecemos um paralelo entre o número de artigos do item em questão dentro de cada uma das décadas estudadas com a quantidade total de artigos produzidos dentro do respectivo período. Ou seja, o universo dentro do qual o item é apresentado faz-se apenas pelo total de produção que foi produzido dentro de cada uma das décadas vista isoladamente.

Já quando falamos em termos absolutos, o paralelo é traçado entre o número de artigos do item trabalhado dentro de cada uma das três décadas e o total de produções feitas sobre a categoria que se analisa, ou seja, o universo trabalhado faz-se pela soma dos textos desenvolvidos durante as três décadas exploradas.

Dessa forma, com relação à temática 'produção do aluno', temos as seguintes divisões temporais:

Tabela 4: Distribuição temporal do tema “produção do aluno” em Termos Relativos

Tema \ Década	80- 89		90-99		00-08	
	%	artigos	%	artigos	%	artigos
Produção do aluno	45,45	5	84,06	58	83,67	41
Outros temas	54,55	6	15,94	11	16,33	8
Total	100	11	100	69	100	49

Com a tabela acima apresentada, vemos que, ao traçarmos um paralelo com o total de produções apresentadas em cada período em questão, há, numérica e percentualmente, um predomínio dos trabalhos sob a temática da produção do aluno na década de 90, predomínio este mais visível quando visualizamos a representação temporal em termos absolutos, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5: Distribuição temporal da temática “produção do aluno” em Termos Absolutos, tendo como base os 104 artigos produzidos sob tal tema

Década \ Tema	80- 89		90-99		00-08		Total	
	%	artigos	%	artigos	%	artigos	%	artigos
Produção do aluno	4,81	5	55,77	58	39,42	41	100	104

3.1.2. Ambientes de sala de aula/práticas de ensino

Nesta temática, foram inseridos artigos nos quais o olhar do pesquisador volta-se, sobretudo, para o fazer pedagógico, para as atividades propiciadoras das produções dos alunos aprendizes, para a eficiência ou não de práticas de ensino desenvolvidas. Dessa forma, o centro de interesse concentra-se primeiramente nas instruções, nos comandos, no fazer do professor, no ambiente de aprendizagem e somente depois no material que foi produzido pelo aluno, havendo casos em que esta questão não é vista como interesse de pesquisa. Constituem-se como alvo de estudo e reflexão, primordialmente, as ações pedagógicas, os modos de lidar com o ensino, ou ainda o ambiente e contexto de aprendizagem que possam ter uma influência determinante nas produções e no aprendizado do aluno, como, por exemplo, considerar o contexto social do estudante no processo de ensino-aprendizagem.

São exemplos de textos desta natureza trabalhos como o de Mendes (1996), no qual se discute como as escolas especiais veem a linguagem escrita e o processo de alfabetização; o texto de Garcia (1992), onde se busca compreender a relação entre escola, classe social e alfabetização, investigando qual o conceito de alfabetização no fazer pedagógico de cada uma das escolas analisadas, ou ainda o estudo de Oliveira (2001), onde o objetivo é analisar qual seria a contribuição do modo de ensino da produção textual para a construção de processos identitários em alunos de escola pública. Fazem parte deste cenário também estudos como o de Oliveira (1998), onde a preocupação recai no papel da instrução para a elaboração de textos narrativos nas séries iniciais ou ainda como o de Kleiman (1987), onde se faz uma análise do ensino do vocabulário nas primeiras séries do ensino fundamental, e em Camargo (1985), em que se discute a veracidade da ideia de que crianças de baixo nível econômico teriam mais dificuldade do que as de nível social mais elevado, questionando se haveria um método de ensino que fosse mais adequado aos aprendizes de condições sociais menos privilegiadas.

Pela tabela mostrada a seguir, vemos que os estudos desenvolvidos sob esta temática representam 14,73% do total de produções presentes no corpus analisado, ou seja, apenas 19 dos 129 artigos tiveram como tema principal o ambiente, as instruções, o cenário de aprendizagem do código escrito pelos aprendizes:

Tabela 6: Quantidade de artigos sob a temática “Ambientes de sala de aula/práticas de ensino”

Total de artigos	129 artigos	100%
Ambientes de sala de aula/práticas de ensino	19 artigos	14,73%

Ao considerarmos sua presença dentro do período por nós trabalhado, podemos observar que, ao realizarmos nossa análise em termos relativos, ou seja, ao compararmos apenas com as produções presentes em cada década separadamente, notamos um maior volume percentual da temática “*ambientes de sala de aula/práticas de ensino*” na década de 80, abrangendo mais de 50% do total de textos apresentados neste período, volume este que apresenta uma significativa queda na década seguinte, tendência esta que continua nos últimos anos analisados. Assim sendo, podemos dizer que, na década de 80, grande parte dos estudos sobre a aquisição da escrita divulgados nas revistas analisadas discorre sobre esta questão extremamente importante e relevante quando lidamos com o aprendizado inicial da escrita: o ambiente e as condições de aprendizagem.

Tabela 7: Distribuição temporal dos artigos sob a temática “Ambientes de sala de aula/práticas de ensino” em Termos Relativos

Tema	80- 89		90-99		00-08	
	%	artigos	%	artigos	%	artigos
Ambientes de sala de aula/ práticas de ensino	54,55	6	13,04	09	8,16	4
Outros temas	45,45	5	86,96	60	91,84	45
Total	100	11	100	69	100	49

Contudo, ao analisarmos a distribuição temporal da temática em termos absolutos, ou seja, estabelecendo um paralelo com o número de produções total deste tema no decorrer das três décadas analisadas, vemos que praticamente metade das produções, ou seja, que 09 dos 19 artigos em questão situam-se nos anos 90, apresentando uma queda na década seguinte, época esta que abriga um menor número de estudos desta natureza dentro do cenário “*ambiente de sala de aula/ práticas de ensino*”, como nos mostra claramente a tabela abaixo:

Tabela 8: Distribuição temporal dos artigos sob a temática “Ambientes de sala de aula/práticas de ensino” em Termos Absolutos, considerando o total de 19 artigos produzidos sob a temática em questão:

Tema	80- 89		90-99		00-08	
	%	artigos	%	artigos	%	artigos
Ambientes de sala de aula/ práticas de ensino	31,58	6	47,37	09	21,05	4

3.1.3. Letramento e ensino digital

Vivemos, atualmente, em um momento histórico fortemente impulsionado e influenciado pela informática e pelas novas e cada vez mais impressionantes modernidades tecnológicas. Não há dúvidas de que somos a todo instante atingidos pelas inovadoras tecnologias dentro das ações mais banais de nosso dia-a-dia. Assim sendo, era de se esperar que o mundo digital e informatizado atingisse também a dinâmica e a rotina vivenciada no ambiente escolar. Dessa forma, parece existir uma lacuna nesse ponto, a qual nos aponta um cenário aberto à realização e ao desenvolvimento de novos estudos e pesquisas sob este tema. E não há dúvidas de que o mesmo se encontra cada vez mais presente e atuante no ensino, mesmo quando este se volta para o período de aquisição da língua escrita pelas crianças em idade escolar.

É, então, sobre esse assunto que se apresenta o terceiro tema por nós determinado, o *Letramento e ensino digital*. Efetivando nossa análise sobre os estudos presentes em nosso corpus de trabalho podemos notar que, coerentemente com o avanço da informática na presente década, é nesta época que estudos começam a ser realizados sobre a presença do letramento digital na dinâmica escolar das crianças que adentram no complexo processo de aquisição da língua escrita. São exemplos dessa tendência o trabalho de Costa (2006), no qual o autor desenvolve uma análise das semelhanças e diferenças entre a escrita inicial feita na escola e a linguagem do bate-papo na Internet, e o estudo de Araújo (2007), através do qual o autor desenvolve uma pesquisa-ação com o objetivo de se alfabetizar crianças letrando-as digitalmente.

Tabela 9: Quantidade de artigos dentro da temática Letramento e ensino digital

Total de artigos	129	100%
Letramento e ensino digital	2	1,55%

Nesse sentido, ao fazermos uma análise desta temática sob uma perspectiva histórica, contatamos sua total inexistência nos anos 1980 e 1990,

juntamente com seu aparecimento na década seguinte, fenômeno este condizente com o grande ápice da tecnologia digital que ocorreu neste último período em nosso país.

Tabela 10: Distribuição temporal da temática “Letramento e ensino digital” em Termos Relativos

Tema \ Década	80- 89		90-99		00-08	
	%	artigos	%	artigos	%	artigos
Letramento e ensino digital	0,0	0	0,0	0	4,08	2
Outros temas	100	11	100	69	95,92	47
Total	100	11	100	69	100	49

Tabela 11: Distribuição temporal da temática “Letramento e ensino digital” em Termos Absolutos, com relação ao total de produção sob tal tema, ou seja, os 2 artigos encontrados:

Tema \ Década	80- 89		90-99		00-08	
	%	artigos	%	artigos	%	artigos
Letramento e ensino digital	0,0	0	0,0	0	100	2

É válido ressaltarmos que, no decorrer das leituras feitas para a determinação do corpus a ser trabalhado, alguns artigos desenvolvidos a partir da temática do *Letramento e ensino digital* no período da aquisição do código escrito foram desconsiderados em nossa análise pelo fato de serem reflexões teóricas sobre o

tema e não um trabalho prático, com a intenção de coletar dados para testarem uma hipótese ou para melhor compreenderem ou aperfeiçoarem uma realidade existente.

Além disso, é importante mencionar que, embora tenha havido em nosso corpus apenas dois artigos sob esta temática, optei por mantê-la em minha análise por considerá-la como sendo um tema emergente, que aos poucos está se consolidando dentro dos estudos sobre os mais diversos eventos da Linguagem.

3.1.4. Materiais

Desenvolvidos tendo como principal norteador o tema “Materiais”, encontramos estudos nos quais o pesquisador realiza uma análise de materiais ou suportes usados no ensino da língua escrita para crianças em processo de alfabetização. Fazem parte do grande conjunto ‘Materiais’ desde livros, manuais didáticos ou atividades e textos voltados para o ensino da escrita para crianças em início de escolarização, até provas e testes internos ou externos aplicados aos referidos sujeitos a fim de verificarem suas habilidades e competências dentro do universo da escrita. Dessa forma, o elemento impulsionador para tais pesquisas é, então, aquilo que é usado como material para o desenvolvimento e desenrolar do processo de ensino-aprendizagem do código escrito.

Como exemplo, ²temos o trabalho de Magnani (1996), onde a pesquisadora analisa o teste ABC que verifica os requisitos necessários à aprendizagem da leitura e da escrita; o estudo de Tiepolo (1997), no qual a autora faz uma análise sobre a natureza dos textos poéticos usados na alfabetização; o trabalho de Schlickmann (2001), onde são analisadas as cartilhas usadas na alfabetização e o estudo de Guarinello, Berberian, Santana, Massi, Rivabem, Jacob e Machado (2006), no qual o objetivo é desenvolver uma análise das propostas de acompanhamentos clínicos, apresentados em manuais, destinados a sujeitos considerados disléxicos e com dificuldades de leitura e escrita.

² Embora muitos desses estudos sejam realizados a partir de um trabalho sobre Alfabetização, para efeito de análise, considerei os mesmos como representantes de pesquisas sobre a aquisição da escrita.

Dentro do corpus analisado, vemos que os trabalhos que se apresentam sob o tema principal “Materiais” correspondem a 3,10% do total de artigos, ou seja, 4 dos 129 estudos analisados:

Tabela 12: Quantidade de artigos sob o tema Materiais

Total de artigos	129	100%
Materiais	4	3,10%

Quanto à sua distribuição ao longo do período estudado, vemos que há um equilíbrio entre a década de 90 e os anos 00, apresentando cada qual 2 artigos sob esta temática. Fazendo uma análise em termos relativos, baseada no total de produções abrangidas dentro de cada uma das décadas em questão, vemos que, embora a quantidade de artigos seja a mesma, há uma considerável diferença em termos percentuais: nos anos 2000 o número praticamente dobra com relação à década anterior, mostrando um importante crescimento desta preocupação dentro dos estudos sobre a aquisição da escrita por crianças em ambiente escolar. De fato, ao longo dos anos, a constatação de que o material utilizado no ensino da língua escrita - ou mesmo aquele que permeava o processo de aquisição - não era adequado para sua clientela foi se tornando cada vez mais presente nas análises dos pesquisadores em linguagem, ao mesmo tempo em que novas propostas para utilização de materiais eficazes de ensino foram sendo apresentadas e colocadas em prática nas mais distintas salas de aula de nosso país.

Tabela 13: Distribuição temporal da temática “Materiais” em Termos Relativos

Tema \ Década	80- 89		90-99		00-08	
	% artigos		% artigos		% artigos	
Materiais	0,0	0	2,90	2	4,08	2
Outros temas	100	11	97,10	67	95,92	47
Total	100	11	100	69	100	49

Ao voltarmos nossa análise temporal apenas para o total de artigos produzidos a partir da temática “Materiais”, ou seja, para as duas produções encontradas, vemos uma coincidência tanto em número de artigos quanto em termos percentuais, como demonstrado pela tabela a seguir:

Tabela 14: Distribuição temporal da temática “Materiais” em Termos Absolutos

Tema \ Década	80- 89		90-99		00-08	
	% artigos		% artigos		% artigos	
Materiais	0,0	0	50	2	50	2

Vemos, a seguir, a distribuição geral das temáticas nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000, tendo como base todos os artigos analisados nessa pesquisa, ou seja, as 129 produções dentro de cada um dos períodos considerados:

Tabela 15: Distribuição das temáticas ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000

Tema	80- 89		90-99		00-08	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produção do aluno	5	45,45	58	84,06	41	83,67
Ambientes de sala de aula/práticas de ensino	6	54,54	09	13,04	4	8,17
Letramento e ensino Digital	0	0,0	0	0,0	2	4,08
Materiais	0	0,0	2	2,9	2	4,08
Total de artigos	11	100	69	100	49	100

Como demonstrado pela tabela, vemos que, com relação ao tema “*Produção do aluno*” houve praticamente um equilíbrio quanto ao volume de produção publicada nos anos 90 e 00, sendo também bastante elevado na década de 80, o que demonstra que os estudos sobre a produção das crianças no início de sua alfabetização é uma temática sempre presente. Já no que diz respeito ao tema “*Ambientes de sala de aula/práticas de ensino*”, vemos sua predominância percentual na década de 80, época na qual se encontram mais da metade dos artigos que têm nele a temática central de suas análises, diminuindo sua presença nas décadas seguintes. Em oposição, o tema “*Letramento e ensino digital*” está presente apenas nos anos 2000, fator este coincidente com o avanço da informática e da tecnologia digital nos tempos modernos. Por fim, a temática “*Materiais*”, de forma semelhante ao que ocorreu com “*Produção do aluno*”, também apresenta um equilíbrio entre a década de 90 e os anos 2000, com metade dos artigos sob este tema em cada um dos períodos em questão.

Assim, realizando uma análise geral das três décadas consideradas em nossa pesquisa, podemos dizer que há, na década de 90, uma predominância dos temas dos textos considerados, totalizando 53,49% de toda a produção analisada.

Tabela 16: Distribuição geral dos temas ao longo das 3 décadas

Período	%
1980- 1989	8,52

Período	%
1990 – 1999	53,49

Período	%
2000- 2008	37,99

Nesse ponto, é válido ressaltarmos que, como já mencionado anteriormente, o nosso ambiente de coleta de dados se deu na biblioteca do Instituto dos Estudos da Linguagem – IEL - da Unicamp e que, dessa forma, os artigos analisados foram apenas aqueles que se encontravam dentro das revistas presentes no acervo dessa importante Instituição. Assim sendo, não houve um equilíbrio entre os números de exemplares das revistas no decorrer das três décadas exploradas por motivos que não nos cabe aqui explorar. Além disso, ao contrário do que ocorreu na década de 80 e na de 90, nas quais foram considerados os 10 anos formadores de cada período, nos anos 2000 as revistas selecionadas tiveram seus artigos analisados apenas até 2008 pelo fato de ter sido neste ano que se iniciaram os estudos e as pesquisas para a realização do presente trabalho.

Colocadas tais ressalvas, apresentamos, a seguir, a distribuição dos exemplares consultados que foram publicados ao longo dos anos 80, 90 e 00, havendo ou não neles artigos que discorressem sobre a aquisição da escrita por crianças em fase inicial do processo de aprendizagem da língua escrita. Vemos que, dos 597 exemplares

selecionados, um maior volume foi produzido nos anos 2000, seguido pela década de 1990 e, por último, pelos anos 80, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 17: Distribuição dos exemplares publicados ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000

1980	1990	2000
122 exemplares (20,44%)	213 exemplares (35,68%)	262 exemplares (43,89%)

Por fim, um fato que merece ser ressaltado é o de que os critérios adotados para a divisão dos artigos nas temáticas estabelecidas não os tornam excludentes. Em muitos casos, temos a sobreposição de temáticas no interior de um mesmo tema, como ocorre, por exemplo, com o estudo sobre materiais voltados para sujeitos disléxicos e com dificuldade de leitura e escrita (Guarinello et al., 2006), ou ainda com a produção de alunos em ambiente informatizado (Araújo, 2007), assim como com trabalhos em sala de aula nos quais estão também presentes produções dos alunos envolvidos (Nascimento, 1990). Contudo, há sempre uma temática predominante, ao redor da qual as demais ganham forma e sustentação, sendo esse o critério adotado para tornar possível a separação e categorização dos artigos analisados dentro dos grandes grupos temáticos estabelecidos.

3.2. Campo Disciplinar

Os artigos que constituem nosso corpus de análise foram divididos em dois grandes *campos disciplinares*, quais sejam o da Linguística e o da Educação. É pertinente colocarmos que tal divisão foi fruto de um intenso trabalho de reflexões e leituras sistemáticas dos artigos, os quais, em um primeiro momento de nossas análises, foram categorizados dentro de *referenciais teóricos*. Contudo, no desenvolvimento do

presente projeto, pudemos constatar que tal categoria não nos ofereceria uma visão clara e objetiva das linhas seguidas pelos pesquisadores em seus estudos, uma vez que muitas das teorias se sobrepunham e igualavam-se em importância, não sendo, assim, eficiente uma total divisão e apresentação dos artigos dentro dos até então nomeados *referenciais teóricos*. Nesse sentido, partiu-se para a organização dos trabalhos formadores de nosso corpus dentro de *campos disciplinares*, por julgarmos que, dessa forma, teríamos uma classificação mais apropriada e com uma maior clareza e objetividade.

Foram, assim como já dito anteriormente, dois os *campos disciplinares* determinados: Linguística e Educação. Como nem sempre o autor dos artigos deixa claro em seus escritos qual *campo disciplinar* abriga seus estudos, tivemos como critério de classificação primeiramente as referências e bibliografias presentes nos textos e, quando necessário, a filiação do pesquisador cujo artigo é analisado. Contudo, é válido frisarmos que, em muitos artigos, há um diálogo entre ambos os campos, nos quais o pesquisador utiliza-se de fundamentos e pressupostos nascidos e alimentados dentro destes dois grandes campos de atuação. Porém, para efeito de catalogação, seguimos o método utilizado em todas as análises que foram por nós realizadas neste estudo: os artigos são classificados dentro daquele campo que apresenta uma predominância – e não exclusividade – no interior de suas reflexões e nas ações do pesquisador. Assim sendo, uma vez concretizada esta linha analítica, pudemos constatar que o campo ‘Linguística’ apresenta primazia dentro do conjunto de textos selecionados, sendo seguido por 108 artigos, ou seja, caracteriza-se como campo de pesquisa de 83,72% dos estudos analisados. Segue-se, abaixo, a tabela representativa da divisão dos artigos entre os campos da Linguística e da Educação:

Tabela 18: Divisão dos artigos entre os campos disciplinares

	Número de Artigos	Números Percentuais
Linguística	108 artigos	83,72%
Educação	21 artigos	16,28%
Total	129 artigos	100%

Faremos, a seguir, a apresentação separada de cada um dos *campos disciplinares*, explanando sobre suas principais características e particularidades.

3.2.1. Linguística

A Linguística é, assim como colocado por Saussure, o estudo científico da linguagem humana, analisando-se as formas como a língua é usada pelas pessoas, quais os significados e sentidos que tais usos representam e como eles se relacionam com o todo linguístico. Haveria, nesse sentido, uma latente preocupação com a faculdade humana de produzir signos orais e escritos favoráveis à comunicação e com a consequente a capacidade de, através dos mesmos, se adquirir e transmitir conhecimentos.

Dessa forma, dentro deste *campo disciplinar*, foram incluídos os artigos nos quais o principal objetivo do pesquisador foi estudar uma manifestação linguística voltada para a rica e complexa fase da aquisição do código escrito por crianças. São estudos nos quais a preocupação maior situa-se em aspectos linguísticos vistos como altamente significativos para o desenvolvimento do processo de aquisição, além de serem capazes de oferecer aportes e informações de validade inquestionável para a compreensão e desenvolvimento de um adequado trabalho com aquilo que fazem os aprendizes desta modalidade linguística.

Há, assim, estudos nos quais o foco recai em questões relacionadas aos aspectos da linguística textual, como a determinação de padrões de textualidade e da existência de coesão e coerência nas produções, como visto no estudo de Ghiraldelo (1989), ou como a reflexão sobre o conceito de texto, do uso e da função dos conectivos e dos organizadores linguísticos, presente em Soares (1994), ou ainda em trabalhos voltados para o estudo dos ditongos e da hipercorreção (Rocha, 1998) e para a relação e diálogo entre a linguagem oral e a escrita e como isto influencia no processo de aquisição do código escrito, como visto nos estudos de Koch (1997) e de Francischini (1996), este último apresentando um paralelo com questões de referencialidade e coesão textual.

Estão também presentes estudos preocupados com as noções de erro e com o modo de se avaliar e trabalhar com tais irregularidades, como visto em Mayrink-Sabinson (1993) e aqueles nos quais vemos um paralelo ativo com a fonoaudiologia, como em Vasconcellos (2001) e com a fonética e fonologia (Meneses & Lamprecht, 2001 ou Santos, 1995). Temos também trabalhos que exploram a questão do preconceito linguístico (Albuquerque, 2001), da autoria e práticas de textualização (Araújo, Santos e Calil, 1998) e da presença de dados singulares e traços de um estilo individual da criança em seu texto (Abaurre, 1993). Há, também, estudos nos quais se trabalha com a afasia, com o agratismo, explorando ideias do gerativismo (Guindaste, 1996); aqueles nos quais se explora o letramento digital, efetivando-se um trabalho com os gêneros digitais hoje existentes (Araújo, 2007) e aqueles através dos quais se desenvolve uma reflexão a partir das teorias da análise do discurso (Oliveira, 1998). Em muitos dos artigos sob tal *campo disciplinar*, pudemos observar um vivo diálogo com outras tendências que, em trabalho com a Linguística, são capazes de oferecer uma compreensão e explanação mais propícia e abrangente da temática abordada nas respectivas reflexões, como visto em Cavalcante (2007), onde estudos sobre a apropriação e ensino da ortografia são usados em sintonia com os ideários da psicologia cognitiva ou ainda em Steyer (2001), onde, em auxílio aos conceitos da linguística textual, há o uso de questões nascidas da relação entre oralidade e escrita e da teoria psicogenética de Piaget.

Com relação à divisão temporal dos estudos no interior do campo disciplinar em questão, vemos que a maior parte dos artigos desta natureza encontra-se na década de 90, representando 54,63%, ou seja, 59 dos 108 artigos analisados sob o campo da Linguística foram produzidos e publicados na referida década. Sendo representado por 41 artigos, ou então por 37,96% de tal produção, temos os anos 00 e, por fim, a década de 80, esta com 7,41 % do corpus, representada por 8 artigos lidos e considerados na presente pesquisa.

3.2.2. Educação

Dentro do *campo disciplinar* denominado “Educação”, foram reunidos os artigos nos quais os pesquisadores desenvolveram estudos que se voltaram e destacaram, sobretudo, questões que ultrapassaram os aspectos linguísticos presentes nas produções escritas dos aprendizes. Nestes casos houve uma primeira preocupação sobre o processo cognitivo envolvido com a produção escrita, com as etapas do desenvolvimento e da aquisição deste código da linguagem humana, além de serem também abordados aspectos relacionados aos processos interacionais e cognitivos que ocorrem durante o processamento da linguagem escrita pelo aprendiz. Tais estudos exploram dados como o conceito de maturação linguística, o simbólico na linguagem, as hipóteses da criança sobre a sua própria escrita e como isso se manifesta em seu aprendizado, além de frisarem o peso e a importância decisiva da ação do social sobre o processamento das informações recebidas e dos pré-requisitos necessários para que o aprendizado ocorra de forma fluida e satisfatória. Como exemplo, podemos citar o estudo de Costa (2006), onde o autor apoiou-se, juntamente com os estudos de Vygotsky e Luria, nos aspectos cognitivos da aquisição a fim de traçar um paralelo entre a escrita em sala de aula e aquelas produzidas nas salas de bate papo virtuais; o trabalho de Mendes (1996), onde, a fim de estudar a alfabetização dos surdos, o autor utilizou ideários envolvidos com as estratégias facilitadoras de aprendizagem, e o estudo de Castanheira (1992), no qual a autora volta-se para a análise da alfabetização escolar, destacando os usos e as funções sociais da escrita e as estratégias que a criança usa para lidar com tal código. Temos também estudos como o de Golbert (1995), onde a autora utiliza-se de conceitos de Luria (desenvolvimento mental como enriquecimento da experiência), da simbolização, da representação mental piagetiana e da teoria da enunciação para refletir sobre a relação dialógica e a representação mental; o estudo de Sanches (1980), no qual a autora explorou a existência dos tipos de métodos de alfabetização para se analisar as dificuldades ortográficas dos sujeitos recém-alfabetizados; o trabalho de Nogueira (1993), onde vemos uma reflexão sobre as diferentes concepções que as crianças têm da escrita antes e depois de elas entrarem na escola, apoiando-se, para isso, na perspectiva sócio-histórica e nos processos de interação, com base, também, nas ideias de Vygotsky; ou ainda o estudo de Oliveira e

Assumpção (2003), no qual os autores tratam o texto como um evento comunicativo, no interior do qual convergem aspectos sociais, cognitivos e textuais, além de considerarem a existência do planejamento discursivo e da perspectiva sócio-interacionista. Vemos também trabalhos nos quais o autor baseou-se nos ideários de Emília Ferreiro e nos conceitos de alfabetização a fim de refletir sobre as etapas da aquisição da escrita em crianças das classes “A” e “C”, como visto em Oliveira (1992); no cognitivismo, nas estruturas cognitivas e nos pré-requisitos para a aprendizagem, como em Bordas (1988), e sobre a teoria do processamento da informação, da tendência naturalística e do sócio-construtivismo, como visto em McCarthy & Raphael (1993).

No decorrer do período considerado em nossa análise pudemos constatar que há, nos anos 90, uma maior quantidade de artigos sob este *campo disciplinar*, havendo, neste período, o dobro de produções sob tal campo quando comparado ao volume produzido nos anos 00: enquanto no primeiro período temos 11 artigos, ou 52,38% da produção, no segundo encontramos 6 estudos, ou 28,57% dos trabalhos no referido campo. Já na década de 80, temos apenas 4 artigos, ou 19,05% da produção analisada e formadora do conjunto de textos por nós considerados sob o *campo disciplinar* em questão.

Seguem-se, abaixo, as tabelas periódicas referentes a ambos os campos disciplinares determinados:

Tabela19: Distribuição temporal do campo disciplinar “Linguística”

	1980-1989	1990-1999	2000-2008	Total
Nº de Artigos	8	59	41	108
Percentagem	7,41%	54,63%	37,96%	100%

Tabela 20: Distribuição temporal do campo disciplinar “Educação”

	1980-1989	1990-1999	2000-2008	Total
Nº de Artigos	4	11	6	21
Porcentagem	19,05%	52,38%	28,57%	100%

Após as análises feitas, é pertinente ressaltarmos que uma das possíveis explicações para termos encontrado um número consideravelmente superior de artigos no campo da Língua talvez possa se apresentar sobre o fato de ter sido o acervo da biblioteca do IEL o nosso ambiente de coleta de dados. Um futuro trabalho ampliando o campo de coleta para outros cenários que não o da biblioteca de um instituto de estudos da linguagem poderá ser válido para a complementação da presente pesquisa.

3.3.. Tipo de pesquisa

Os trabalhos acadêmicos–científicos a respeito da aquisição da escrita por crianças no Brasil podem apresentar diferentes formas de desenvolvimento da pesquisa realizada. A essas diversas maneiras de trabalho com o objeto de estudo, ou seja, aos mais variados caminhos a serem seguidos pelo estudioso, é que denominamos tipo ou gênero de pesquisa. O fator determinante de qual gênero será utilizado pelo pesquisador é a natureza do estudo realizado, assim como o objetivo que se tem com a análise a ser efetuada.

Dessa forma, após a análise dos artigos que constituem o corpus do presente estudo, os mesmos foram organizados dentro de dois tipos básicos de pesquisa:

* Pesquisa com Sujeitos

* Pesquisa Análise de Material

A seguir faremos a explicação e desenvolvimento de cada um dos gêneros acima apresentados.

3.3.1. Pesquisa com Sujeitos

O gênero denominado “pesquisa com sujeitos” pode ser considerado um instrumento de trabalho fundamental, pois é a partir dele que o pesquisador passa a conhecer com maior profundidade e realismo todo o cenário com o qual trabalha. Além disso, através deste tipo de ação, é possível identificar fenômenos essenciais à análise realizada e que passariam despercebidos caso tal método de pesquisa não fosse priorizado. Com a pesquisa com sujeitos, torna-se possível o acesso ao contexto simbólico dos indivíduos pesquisados e o contato direto com o ponto de vista dos sujeitos, estes tratados a partir de suas características sociais e individuais. Neste tipo de pesquisa, o contexto e o ambiente no qual o sujeito se insere é ativamente considerado pelo pesquisador, que trata os indivíduos em estudo como organismos vivos e protagonistas de suas ações. Todas as informações coletadas em campo são posteriormente analisadas, fazendo, para isso, uso tanto da teoria escolhida quanto da prática, ou seja, do trabalho efetivado pelo pesquisador.

No corpus analisado no presente trabalho, este gênero de pesquisa corresponde a mais da metade de toda a produção, estando presente em 85 dos 129 artigos analisados, ou seja, 65,89% dos estudos sobre aquisição da escrita inicial presentes nas revistas selecionadas realizam suas pesquisas a partir de um significativo

trabalho com sujeitos. Este dado confirma a tendência ocorrida a partir da década de 80 de se destacar a importância de um contato intenso e efetivo com o contexto no qual o sujeito estudado se insere. Como bem afirma Colello (200-?), se a década de 80 deu início a um período no qual a alfabetização, longe de ser uma simples apropriação do código escrito, passou a ser vista como um processo complexo de levantamento de hipóteses sobre a representação linguística, os anos seguintes, impulsionados pelo nascimento e ampliação dos estudos e pesquisas sobre o letramento, foram também muito ricos na tentativa de se compreender os traços sócio-culturais da língua escrita e de todo o seu processo de aquisição. Além disso, é, sobretudo, a partir desse período que os aprendizes passam a ser definitivamente vistos como sujeitos de sua própria aprendizagem, de modo que o conhecimento do ambiente, do contexto e das condições de ensino-aprendizagem assume importância fundamental dentro deste complexo processo. Assim, novas formas de se pensar e conduzir os estudos sobre a aquisição da escrita predominam entre os pesquisadores envolvidos com questões de cunho educacional, “a fim de analisar os liames entre a pesquisa e a estrutura social de classe ou avaliar o efeito da pesquisa na mudança social e no desenvolvimento material e cultural da sociedade” (Chizzotti, 19:230). Tal tendência é acentuada a partir da década de 90, quando, estando o pesquisador e os sujeitos de pesquisa marcados e altamente ligados a um contexto, a uma realidade circundante que não pode mais ser desconsiderada, “as pesquisas propendem para reconhecer uma pluralidade cultural, abandonando a autoridade única do pesquisador para reconhecer a polivocalidade dos participantes” (idem).

Uma vez que, em nossas análises, pudemos constatar a presença de diferentes modos de trabalho dentro da ação metodológica denominada “pesquisa com sujeitos”, optamos por dividi-la em subitens que melhor descrevessem o gênero da pesquisa realizada pelos estudiosos, cujos trabalhos fazem parte de nosso corpus de análise. Assim sendo, dentro das pesquisas com sujeitos, foram identificadas aquelas que representariam o chamado ‘estudo de caso’, a ‘pesquisa-ação’ e a ‘pesquisa experimental’. Segue, abaixo, a tabela representativa das subdivisões das pesquisas denominadas “Estudo com sujeitos” presentes em nosso corpus:

Tabela 21: Distribuição das pesquisas com sujeitos

	Artigos	%
Pesquisas com Sujeitos	85	100
Pesquisa Estudo de Caso	74	87,06
Pesquisa – Ação	8	9,41
Pesquisa Experimental	3	3,53

Faremos, a seguir, a apresentação das referidas subdivisões.

3.3.1.1. - Pesquisa Estudo de Caso

Nos estudos identificados como representantes de uma metodologia de pesquisa denominada como “estudo de caso”, o pesquisador está em campo a fim de estudar uma realidade em especial, analisando-a, investigando suas particularidades, suas singularidades e suas principais características. Podem ser estudos realizados tanto com apenas um ou dois sujeitos, como aqueles que se dispõe a analisar a realidade de uma sala de aula, de escolas ou instituições ou mesmo de uma comunidade, desde que o objeto de estudo se apresente como uma unidade a ser analisada, trabalhada e comparada com uma realidade exterior já existente. Afinal, como afirma Ventura (2007:383), “em relação aos estudos de caso, deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso” . Ainda segundo a autora,

Os estudos de caso mais comuns são os que têm o foco em uma unidade – um indivíduo (caso único e singular, como o “caso clínico”) ou múltiplo, nos quais vários estudos são conduzidos

simultaneamente: vários indivíduos, várias organizações, por exemplo. (VENTURA, 2007:384).

Em algumas situações, a pesquisadora ajuda os sujeitos em suas escritas ou aplica alguma atividade com o intuito de analisar os resultados, embora ela também possa estar em campo apenas para realizar a coleta dos materiais que lhe interessam, sem que a pesquisadora tenha participação no processo de facção dos mesmos pelos sujeitos analisados.

São exemplos de textos desta natureza trabalhos como os de Mayrink-Sabinson (1993), no qual a pesquisadora acompanhou durante um semestre um garoto de classe baixa, do meio rural, buscando observar como era feita a avaliação da produção escrita de crianças, sobretudo nas de 1ª série; o estudo de Nascimento (1990), onde a pesquisadora analisou sua classe de alfabetização com o objetivo de tecer considerações sobre como é o período preparatório para a aquisição da escrita, na escola; o trabalho de Garcia (1992), através do qual a pesquisadora comparou duas escolas com o intuito de compreender a relação ‘escola – classe social – alfabetização’; ou ainda a pesquisa de Gregolin e Cousseau (2002) onde, a partir da análise das produções do sujeito analisado, visa-se discorrer sobre o processo de aquisição da escrita por portadores de síndrome de Down.

É fato que a partir da década de 80, com a consolidação das ideias da Linguística, passou-se a destacar a importância de estudos que considerassem em suas análises o indivíduo, o sujeito como representante de sua própria individualidade, e não mais como um simples membro pertencente a uma totalidade, que deveria ser visto como tal. A visão da necessidade de se trabalhar com a singularidade, com eventos que pudessem caracterizar uma unidade a ser estudada, passou a predominar nos estudos sobre aquisição da escrita nos períodos iniciais de alfabetização. É por esse motivo que, em nosso corpus, 74 artigos, ou seja, 57,36% de toda a produção analisada apresentam-se guiados pela pesquisa estudo de caso. O mesmo predomínio pode ser observado ao considerarmos apenas os artigos situados dentro do item maior ‘pesquisa com sujeitos’: 87,06% dos estudos inseridos neste tipo de pesquisa apresentam-se como sendo “estudo de caso”.

3.3.1.2. Pesquisa – Ação

A origem da terminologia pesquisa-ação é constantemente associada aos trabalhos de Kurt Lewin, na década de 40, concomitantemente ao período do pós-guerra, dentro de uma abordagem de pesquisa experimental. Seus estudos tinham como fator impulsionador o elemento social, o desejo de não apenas promover mudanças nos hábitos da população, mas, principalmente, fazer com que as autoridades americanas passassem a tratar de forma mais humanitária os grupos minoritários da sociedade. Assim sendo, podemos dizer, como apontado por Neves (2006:11) que a pesquisa-ação teria surgido “da necessidade de planejar intervenções transformadoras no campo das relações de grupo”.

Neste tipo de trabalho o pesquisador, uma vez em campo, primeiramente analisa a situação com a qual trabalhará durante a realização de sua pesquisa, considerando tanto os sujeitos envolvidos quanto o contexto no qual os mesmos se inserem e com o qual interagem. Durante este período, faz-se a coleta de dados que, futuramente, serão selecionados de acordo com os interesses do pesquisador e, assim, formarão um rico corpus para que o processo de análise possa ser efetivado. É feita, também, a conceituação dos problemas existentes na realidade em questão para que, enfim, possa ser formulado o planejamento da ação que será imediatamente executada pelo estudioso a fim de que certo contexto possa ser alterado ou complementado visando sua melhoria e crescimento. Dessa forma, podemos dizer que toda a ação é formulada e definida durante o próprio processo investigativo.

Aplicadas as ações planejadas, realiza-se uma nova coleta de dados e o ciclo se repete até o instante que o pesquisador acredita ser o ideal para a execução de suas análises finais, comparando-se os distintos momentos nos quais a pesquisa foi realizada. Seria, assim, uma ação sistematicamente elaborada e cuidadosamente controlada, desenvolvida pelo próprio pesquisador, mas mantendo sempre viva uma negociação constante com os sujeitos presentes no contexto considerado. Visa-se, assim, a ampliação do conhecimento não apenas da parte do estudioso, como também dos indivíduos – vistos como sujeitos ativos – pertencentes ao grupo ou realidade estudada.

Analisando sua presença historicamente, vemos que o modo como se realizavam as pesquisas com sujeitos sofreu várias modificações ao longo do tempo, consolidando-se a partir da década de 80, quando este tipo de pesquisa, como bem colocado por Franco (2005: 488), “vai historicamente retornar ao palco das pesquisas em educação, agora incorporando a dialética da realidade social e os fundamentos de uma racionalidade crítica pautada em Habermas”, assumindo, dessa forma, o trabalho de buscar formas para garantir uma melhoria no exercício docente.

Em nosso corpus selecionado, encontramos 8 produções que se apresentam como seguindo, predominantemente, a metodologia da pesquisa-ação, representando 6,20% do total de estudos analisados. Caso passemos a considerar apenas as investigações denominadas “pesquisas com sujeitos”, esse percentual sofre um ligeiro aumento, totalizando 9,41% de tais estudos.

Exemplos de trabalhos com estas características são o estudo de Calheta (1997), no qual a autora apresenta uma reflexão sobre o conceito de escrita e do “errar”, analisando a produção de um sujeito em tratamento fonoaudiológico antes e depois de um trabalho feito pela pesquisadora; o estudo de Golbert (1995), através do qual, após a observação de crianças da 1ª série, fez-se uma experiência a fim de se verificar como o incremento das competências dos sujeitos ajudaria em seu processo de alfabetização, ou ainda o trabalho de Gago & Vieira (2006), no qual, após a constatação das dificuldades dos alunos na retextualização, foi desenvolvida uma série de atividades com o objetivo de, ao término das mesmas, verificar o desempenho dos alunos nesta prática escrita.

3.3.1.3. Pesquisa Experimental

Na pesquisa experimental, há um forte controle da situação pelo pesquisador, uma vez que é possível isolar os elementos trabalhados de todo tipo de interferência exterior, culminando numa maior confiabilidade dos resultados. Geralmente trabalha-se com um grupo controle e um experimental, de modo que a variável independente pode ser manipulada pelo pesquisador, a fim de observar o que acontece com a dependente. Assim sendo, quando um estudo pauta-se, prioritariamente,

na pesquisa experimental, vemos a determinação de um objeto de estudo seguido pela seleção das variáveis potencialmente capazes de provocar uma influência considerável sobre o mesmo, juntamente com a definição das maneiras de acompanhar, observar e controlar os efeitos que tais variáveis produziram sobre o objeto em estudo.

Em nosso corpus, encontramos três artigos que se baseiam neste tipo de pesquisa, representando 2,33% de toda a produção analisada e 3,53% das produções inseridas nos estudos pertencentes ao grupo maior denominado como “pesquisa com sujeitos”. É o caso do trabalho de Cavalcante (2007), que realiza um estudo junto a crianças com distúrbio de leitura-escrita, em atendimento clínico fonoaudiólogo, divididas em Grupo Experimental e Grupo Controle; o trabalho de Guimarães (1999), onde, a fim de se analisar o desenvolvimento de narrativas por crianças falantes do português, usou-se, como parâmetro, a coleta de dados de um grupo controle, formado por adultos que receberam as mesmas tarefas das crianças analisadas, e a pesquisa de Justi & Justi (2006) na qual, a fim de se verificar o treinamento da consciência fonológica no desenvolvimento da escrita em crianças pré-escolares, dividiram-se os sujeitos em três grupos, dois experimentais e um controle, a fim de que a situação pudesse ser analisada.

Podemos notar que há um pequeno volume de pesquisas experimentais na década de 80, embora nesta época tenham sido constantes os estudos com base em tal gênero de pesquisa. Uma das explicações para esta ocorrência pode ser dada pelo fato de termos encontrado um número consideravelmente inferior de exemplares publicados nos anos 80 na biblioteca que nos ofereceu o corpus para a realização da presente pesquisa.

3.3.2. Pesquisa Análise de Material

Nas pesquisas denominadas como “Análise de Material”, diferentemente daquelas caracterizadas como sendo “com sujeitos”, a atenção da pesquisadora não é a sua participação ativa no ambiente ou nos eventos dentro dos quais os materiais analisados foram produzidos e colhidos. Seu interesse é a análise que fará dos materiais

depois de prontos, já selecionados, sem ter influência em sua facção. O contexto não é um denominador a ser considerado nas análises, nem tampouco as condições de produção em que o evento analisado fora produzido. O elemento investigado é considerado em sua materialidade final, buscando, frente ao dado pronto, analisar suas características, particularidades ou traços que o constituam e que possam servir de base ou comparação com outros fenômenos de natureza linguística semelhante.

Dentro do corpus por nós considerado, vemos que 44 produções, ou 34,11% dos textos analisados, enquadram-se neste tipo de pesquisa, mostrando ser ainda atuante a preocupação em se trabalhar com o produto final desenvolvido em eventos ocorridos durante o processo de aquisição da língua escrita.

São exemplos de estudos desta natureza a reflexão investigativa de Moreira (1995) na qual, frente a um conjunto de textos escritos, busca-se verificar quais as regularidades linguísticas estão sendo exploradas pelas crianças na aquisição da ortografia; o estudo de Abaurre, Mayrink-Sabinson e Fiad (2003), no qual, a partir de textos coletados no banco de dados, busca-se verificar a questão de autoria e estilo individual nos mesmos; o trabalho de Calil e Lima (2001), no qual os autores visam investigar o significado dos nomes próprios em uma história inventada por um aluno de 4ª série, ou ainda a pesquisa de Koch (1995), na qual a autora discute sobre a concepção de texto que a criança em fase de aquisição possui e a influência que tal visão pode ter na forma como estrutura seus textos. Para tanto, analisa um material textual cedido pela escola particular Barão Vermelho (BH), com vistas nas questões de coesão e coerência.

Vemos, a seguir, a tabela representativa dos tipos de pesquisa presentes nos artigos analisados e o percentual que cada um assume dentro do cenário formado pelos 129 textos analisados:

Tabela 22: Distribuição geral dos tipos de pesquisa

Tipo de Pesquisa	Artigos	%
Pesquisa Estudo de Caso	74	57,36
Pesquisa – Ação	8	6,2
Pesquisa Experimental	3	2,33
Pesquisa Análise de Material	44	34,11
Total	129	100

Com relação à distribuição dos tipos de pesquisa dentro do período estudado, vemos que na década de 90 concentra-se a maior parte da produção das pesquisas guiadas pelo Estudo de Caso e pela Análise de Material, sendo ambas seguidas pelos anos 2000, época esta que também apresenta uma quantidade considerável de estudos sob tais gêneros de pesquisa. Quando à Pesquisa–Ação e à Pesquisa Experimental, ambas estão presentes prioritariamente nos estudos realizados nos anos 2000, imediatamente seguidos pelos anos 90, apresentando certo equilíbrio entre as duas décadas citadas, o que pode ser constatado nas tabelas a seguir. É válido destacarmos que a Pesquisa Experimental, dentro do corpus analisado, não esteve presente em nenhum artigo da década de 80, período este que apresenta menos do que 10% de toda a produção analisada.

Tabela 23: Distribuição dos tipos de pesquisa nas três décadas consideradas - Número de artigos

	1980	1990	2000	Total
Pesquisa Estudo de Caso	6	45	23	74
Pesquisa – Ação	1	3	4	8
Pesquisa Experimental	0	1	2	3
Pesquisa Análise de Material	5	21	18	44
Total	12	70	47	129

Tabela 24: Distribuição dos tipos de pesquisa nas três décadas consideradas - Dados percentuais

	1980	1990	2000	Total
Pesquisa Estudo de Caso	4,65%	34,88%	17,83%	57,36%
Pesquisa – Ação	0,78%	2,33%	3,10%	6,21%
Pesquisa Experimental	0%	0,78%	1,55%	2,33%
Pesquisa Análise de Material	3,87%	16,28%	13,95%	34,1%
Total	9,3%	54,27%	36,43%	100

3.4. Tipo de dados

Em trabalhos voltados para a investigação e estudo de eventos da linguagem, é constante a preocupação em se coletar e analisar dados produzidos pelos sujeitos com os quais se trabalha a fim de que hipóteses possam ser levantadas ou confirmadas e questionamentos encontrem um possível caminho para seu esclarecimento. Há, contudo, trabalhos nos quais o foco principal não recai sobre a coleta e leitura analítica de dados materiais, mas sim na reflexão teórica sobre as questões que circundam o objeto de estudo. No presente trabalho, consideramos apenas os artigos que se apoiaram em dados materiais, ou seja, em produções dotadas de uma materialidade visível e concreta a fim de serem manuseadas, investigadas e exploradas no desenvolvimento das pesquisas. São materiais obtidos ou pelo trabalho do pesquisador ou dos envolvidos com seu estudo, e que oferecem subsídios, ferramentas, enfim, que nos permitem o contato direto com o universo, com o cenário e com a realidade a ser analisada e criticada – positiva ou negativamente - pelo estudioso em questão.

Dessa forma, os dados presentes nos artigos formadores de nosso corpus foram divididos em seis grandes grupos, como demonstrado pelas tabelas abaixo:

Tabela 25: Tipo de dados – Termos Numéricos

Tipo de dados	Nº de Artigos
Produções dos sujeitos	107
Registros em caderno de campo	26
Respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados	15
Gravações	23
Provas, materiais de ensino ou dados externos	7
Total	178

Tabela 26: Tipo de dados – Termos Percentuais

Tipo de dados	%
Produções dos sujeitos analisados	60,11%
Registros em caderno de campo	14,61%
Respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados	8,43%
Gravações	12,92%
Provas, materiais de ensino ou dados externos	3,93%
Total	100%

Como podemos perceber pela tabela acima, o número de artigos ultrapassa aquele correspondente à totalidade presente no corpus por nós analisado, ou seja, os 129 artigos. Tal discrepância ocorreu devido ao fato de que, em muitos estudos, o pesquisador não trabalha com apenas um tipo de dado, nem tampouco estabelece uma prioridade sobre um dos dados analisados. Ao contrário, nestes casos, as análises se desenvolvem a partir de dois ou mais materiais coletados, todos assumindo o mesmo índice de importância no interior das reflexões e investigações efetivadas. Assim sendo, uma vez que muitos dos artigos apresentaram-se como usuários de um número plural de dados, o universo representativo da categoria “*tipo de dados*” apresenta-se com 178 e não 129 artigos.

É válido, ainda, destacar a distribuição das subcategorias ao longo das décadas de 80, 90 e 00. Constatamos que, dentro de todas as subcategorias, há um maior volume de produções na década de 90, sendo em alguns casos uma predominância bastante acentuada. Isso se verifica nos registros em ‘caderno de campo’, onde 65,38% das produções situam-se em tal período, em ‘gravações’, contabilizando 69,57% das produções nos anos 90 e em ‘provas, materiais de ensino ou dados externos’, com

57,1% do volume de artigos neste espaço temporal. Contrariando tal tendência, temos o item ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’, no qual há um maior volume de produção nos anos 00, com um total de 46,67%. Em ‘produções dos sujeitos analisados’, embora também haja um maior volume de artigos na década de 90, a diferença com relação aos anos 2000 é menor: enquanto no primeiro período há 50,47% dos artigos sob tal tipo de dados, no último o percentual é de 41,12%.

Segue abaixo, a tabela ilustrativa de tal distribuição periódica:

Tabela 27: Distribuição numérica dos tipos de dados ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000

	Década de 80	Década de 90	Década de 00	Total
Produção do sujeito	9	54	44	107
Registro em caderno de campo	2	17	7	26
Respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados	2	6	7	15
Gravações	2	16	5	23
Provas, materiais de ensino ou dados externos	1	4	2	7
Total	16	97	65	178

Tabela 28: Distribuição percentual das produções no interior de cada tipo de dados ao longo das décadas de 80, 90 e 00

	Década de 80	Década de 90	Década de 00	Total %
Produção do sujeito	8,41%	50,47%	41,12%	100
Registro em caderno de campo	7,69%	65,38%	26,92%	100
Respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados	13,33%	40%	46,67%	100
Gravações	8,69%	69,57%	21,74%	100
Provas, materiais de ensino e dados externos	14,3%	57,1%	28,6%	100

A seguir exploraremos cada um dos tipos de dados determinados, destacando suas características e particularidades dignas de serem ressaltadas.

3.4.1. Produções do sujeito aprendiz

Como produções do sujeito aprendiz estão englobados os trabalhos que se desenvolvem a partir da leitura analítica de materiais que tenham sido produzidos pelos sujeitos aprendizes com os quais se trabalha. Dentro destas produções, encontram-se tanto aquelas desenvolvidas a partir de um pedido direto da pesquisadora ou da professora da turma, como as nascidas no desenrolar de atividades livres, sem um controle direto da parte do adulto que conduz ou orienta as atividades.

Não há dúvidas de que tais estudos representam uma parcela altamente significativa de produções efetivadas, estando presente em 107 dos 129 artigos analisados, ou seja, 82,95% dos estudos fazem uso das produções dos aprendizes em

suas análises. De fato, este tipo de dados é de fundamental e indiscutível importância, já que nos oferece uma amostra fiel e concreta daquilo que faz ou até mesmo do que pensa o protagonista do processo de aquisição da escrita. Apresenta-se, assim, como um rico material para estudos e formulações de conclusões ou sugestões a fim de que contribuições positivas e efetivas sejam oferecidas ao importante processo de aquisição do código escrito pelos aprendizes desta modalidade. Afinal, somente depois de conhecermos e entendermos tanto aquilo que produzem como os caminhos que trilharam até efetivarem tais produções é que poderemos ajudar as crianças a se tornarem produtores efetivos de textos e não meros reprodutores de letras e expressões pré-fabricadas.

Após a análise dos artigos presentes no nosso corpus, vemos que há um predomínio absoluto daqueles que baseiam suas análises neste tipo de dados. São exemplos de textos desta natureza trabalhos em que o alvo de análise recai em produções escritas, tais como o de Ghiraldelo (1989), no qual a pesquisadora analisa 48 escritas de crianças produzidas a partir da leitura de dois textos de literatura infantil; o estudo de Moreira (1995), onde se faz a análise das histórias de Chapeuzinho Vermelho produzidas pelas crianças selecionadas, ou o trabalho de Albuquerque (2002), onde a pesquisadora realiza, com base nas noções de variação e preconceito linguístico, 400 textos de alfabetizandos e o estudo de Steyer e Axt (1998), onde são analisados textos livres escritos produzidos pelas crianças em fase de aquisição da escrita. Há, ainda, estudos como o de Anunciação (2001), onde se comparam textos de dois alunos, sendo um deles portador de uma deficiência mental e o de Vasconcellos (2001), onde o objeto de análise são os textos produzidos por uma criança com paralisia cerebral. Muitos dos trabalhos desenvolvidos com base neste tipo de dados utilizam, simultaneamente, outros dados que não o material escrito pelo aprendiz, como o estudo de Francischini (1996), onde gravações das atividades feitas são analisadas juntamente com duas versões escritas produzidas pelas crianças; o estudo de Melo (1994), onde são analisadas produções escritas, entrevistas, observações do contexto das crianças e testes aplicados a elas, ou ainda o estudo de Costa Val (1997), no qual há uma análise sobre as transcrições de textos orais juntamente com produções escritas feitas por duas crianças em processo de aquisição do código escrito.

3.4.2. Registros em caderno de campo

Ao contrário do que ocorre em muitas áreas do conhecimento que trabalham com dados inertes, totalmente físicos e exatos, no campo dos estudos linguísticos, sobretudo naquele voltado para a aquisição da língua escrita, o objeto de pesquisa são seres vivos, sujeitos de suas ações, que interagem e oferecem uma participação ativa no processo de aprendizado. Este tipo de indivíduo, além de ter suas particularidades consideradas, deve ser tratado como um membro inserido dentro de um contexto, o qual possui uma influência altamente significativa, podendo determinar – positiva ou negativamente – os passos que o sujeito dará em sua trajetória de vida pela escrita. É por esse motivo que, na coleta de dados sobre tal modalidade, é muito importante o conhecimento e a leitura analítica de todos os detalhes que ocorrem durante o processo de produção, os quais podem ser tanto as instruções dadas pelo docente, ou as formas como o aprendiz se portou ao recebê-las e realizá-las, quanto as mais distintas interferências do meio no processo linguístico em estudo. Como, evidentemente, não é possível absorver todas estas informações apenas pela leitura do material escrito final produzido pelo estudante, os diários ou anotações de campo, feitos pelo pesquisador, são ferramentas muito importantes para os estudos nessa área. Afinal, muitos acontecimentos que, em uma primeira observação, podem ser considerados irrelevantes, em um segundo momento da análise podem se tornar elementos imprescindíveis para o entendimento e continuidade satisfatória das investigações realizadas. Além disso, se não há uma anotação em campo concomitante com o momento em que as ações se realizam, as mesmas podem cair no esquecimento ou serem adulteradas, fato este que pode comprometer a valia de um trabalho sério e relevante.

Em nosso corpus foram identificados 26 artigos que exploraram direta e explicitamente este dado em suas análises, representando 20,16% dos 129 artigos formadores de nosso corpus. Como exemplo, podemos citar o estudo realizado por Cox (1997), no qual a partir das análises de seu diário de campo, juntamente com áudio de aulas e entrevistas feitas com os estudantes, a autora analisou como alunos inseridos em uma cultura enraizada na oralidade vivenciam o aprendizado da escrita; o trabalho de

Castanheira (1992), onde, com o auxílio de seu diário de campo, de gravações e entrevistas, a pesquisadora analisa a relação da criança com a escrita antes e depois de ela entrar na escola; o estudo de Oliveira (2001), no qual ele faz - a partir da análise de suas observações em sala de aula, juntamente com entrevistas e produções dos alunos - uma investigação sobre qual seria a contribuição do ensino da produção textual na construção de processos identitários de alunos da escola pública; ou ainda o trabalho de Nogueira (1992), onde, através de registros das observações de aulas e práticas de ensino presenciadas pela pesquisadora, é desenvolvido um estudo analítico das interações que ocorrem dentro do ambiente escolar de uma pré-escola.

Podemos perceber que a maioria dos estudos que são auxiliados por este tipo de dados utiliza, concomitantemente, outros materiais para a efetivação de suas análises e reflexões, o que nos mostra, mais uma vez, que, dada a complexidade do nosso objeto de estudo, os dados usados pelo pesquisador em seus trabalhos, longe de serem excludentes, são indiscutivelmente complementares.

3.4.3. Respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados

Neste item estão presentes os estudos que, em suas análises, pautaram-se nas respostas dadas pelos indivíduos investigados a questionários a eles aplicados pelo pesquisador ou mesmo a entrevistas e testes que foram produzidos e oferecidos aos sujeitos de pesquisa. É válido ressaltarmos que tais respostas são sempre vistas em conjunto com o contexto em que se inserem, atuando, muitas vezes, em parceria com outros tipos de dados para que haja condições de que uma análise mais aprofundada da situação pesquisada seja efetivada e conclusões satisfatórias possam ser obtidas. Outro ponto que merece ser destacado é que os questionários cujas respostas são avaliadas não se restringem aos alunos aprendizes da língua escrita. Em muitos estudos eles são aplicados aos responsáveis pelo seu ensino e aprendizado tanto em sala de aula - os docentes da turma - quanto no ambiente familiar - os pais ou responsáveis pela tutela destes aprendizes do código escrito.

Em nosso corpus, encontramos 15 artigos que fazem uso efetivo deste tipo de dados em seus estudos, representando 11,63% dos 129 artigos por nós analisados. São exemplos de textos que se baseiam neste tipo de dados o estudo de Steyer (2001), no qual a pesquisadora analisa a resposta de crianças a uma entrevista feita com elas, juntamente com produções escritas das mesmas, com o objetivo de avaliar as relações entre oralidade e escrita nas concepções de crianças alfabetizadas sobre a pontuação; o trabalho de Melo (1994), onde se faz um estudo sobre a necessidade de se envolver família, escola e o social no aprendizado da escrita, usando, para isso, respostas dos sujeitos a questionários e testes, juntamente com registros da pesquisadora e produções dos indivíduos com os quais se trabalhou; ou ainda o estudo de Justi & Justi (2006), onde, a partir das respostas a testes psicológicos aplicados aos aprendizes, buscou-se investigar o treinamento da consciência fonológica no desenvolvimento da escrita em crianças pré-escolares, e o trabalho de Menezes & Lamprecht (2001) em que, baseando-se nos resultados obtidos em testes aplicados aos alunos, analisou-se a consciência fonológica na relação fala e escrita em crianças com desvios fonológicos evolutivos.

3.4.4. Gravações

Foram agrupados no subitem ‘gravações’ os estudos nos quais, para o desenvolvimento de suas análises, os pesquisadores se basearam nos eventos e situações coletados a partir de gravações realizadas durante o desenrolar de uma dada atividade envolvendo práticas de uso da língua escrita. Nestes casos, foi com base nas gravações efetivadas que se tornaram possíveis a reflexão e levantamentos de hipóteses e conclusões sobre a questão estimuladora da pesquisa. É necessário ressaltar que como ‘gravações’ entendem-se tanto aquelas feitas com o auxílio de fita cassete, ou seja, realizadas através de técnicas de áudio, quanto aquelas efetivadas a partir de filmagens, nas quais, além das passagens sonoras advindas das ações das crianças nos eventos linguísticos, tornou-se possível a coleta dos comportamentos, gestos e atitudes que demonstravam e que as acompanhavam durante todo o processo investigado.

Um conjunto composto por 23 artigos do corpus por nós analisado, ou 17,83% dos 129 artigos utilizam diretamente, em suas reflexões, as gravações como tipo de dados selecionado. Como exemplo, podemos mencionar o estudo de Fronza (2007), no qual houve um trabalho paralelo entre gravações e textos escritos feitos pelos sujeitos analisados com o intuito de se observar como evolui a produção de vogais e consoantes e se os mesmos aspectos fonéticos e fonológicos presentes na fala de aprendizes podem ser verificados na escrita de sujeitos mais velhos; o trabalho de Calil (1994), onde o autor efetiva uma reavaliação do entendimento que se tem sobre a “rasura” no texto infantil, utilizando, para isso, uma filmagem daquilo que fazem as crianças no momento em que escrevem seus textos e o de Calil (1999), onde o autor analisa a filmagem do que dizem duas crianças enquanto produzem seu texto escrito na escola a fim de verificar os recursos metafóricos, metonímicos e o interdiscurso na criação de histórias. Há, ainda, o estudo Zilles (1993), no qual a autora, a partir de gravações em fita cassete de trechos das falas entre o aluno analisado e a pesquisadora, juntamente com suas produções escritas, reflete sobre o como a criança usa a linguagem em situações concretas de comunicação e o trabalho de Francischini (1996), onde a pesquisadora investiga como ocorrem as construções das relações de referência nos textos das crianças usando, para isso, gravações em vídeo das negociações entre a pesquisadora e a criança sujeito da análise.

3.4.5. Provas, materiais de ensino e dados externos

Neste item, estão agrupados os artigos nos quais o pesquisador desenvolve sua análise sobre provas e materiais já prontos destinados à aplicação direta aos alunos, sejam eles desenvolvidos e oferecidos por um órgão externo à instituição escolar, ou então avaliações e atividades formuladas no interior da própria escola, por docentes responsáveis pelas turmas e destinadas apenas a uma clientela específica, local, interna à instituição em questão. É válido mencionarmos, ainda, um dos artigos no qual o tipo de dados analisado difere-se dos demais, apresentando-se como dados oferecidos pela secretaria da unidade escolar sobre o rendimento de alunos que a frequentam, artigo este que será melhor detalhado a seguir.

Dentro do corpus por nós selecionado, 7 (ou 5,43%) dos 129 artigos analisados, apresentam-se como usuários deste tipo de dados para o desenvolvimento de suas análises e reflexões linguísticas. Assim sendo, como representantes dos estudos que se pautam neste tipo de dados para conduzir suas análises, podemos mencionar Magnani (1996), que analisa a obra Teste ABC, esta vista como fundadora de uma tradição; Tiepolo (1997), que desenvolve uma análise sobre os textos poéticos usados na alfabetização; Garcia (1992), que analisa provas de Língua Portuguesa aplicadas no começo do ano letivo a fim de se formar novas turmas de 1ª série e as bimestrais, oferecidas à mesma clientela, com o objetivo de se avaliar o aprendizado dos alunos; o trabalho de Schlickmann (2001), que desenvolve um estudo analítico dos exercícios presentes nas cartilhas destinadas à alfabetização de crianças, e o estudo de Poersch (1992) que, como já mencionado anteriormente, procura identificar a relação entre maturidade linguística e rendimento escolar através de uma comparação estatística por ele desenvolvida entre as composições escritas dos sujeitos estudados e os dados de rendimento dos mesmos oferecidos pela secretaria da escola em questão.

3.5. Relação entre Tema e Campo Disciplinar

No desenvolvimento de nossas análises pudemos observar que há certa correspondência entre tema e campo disciplinar, ou seja, determinados enfoques temáticos estarão presentes em maior quantidade dentro de campos disciplinares específicos. Embora não possamos afirmar ser esta uma regra universal, vemos a existência de uma tendência a um diálogo entre ambos os critérios, como pode ser visualizado pelas tabelas a seguir:

Tabela 29: Relação entre temas e campos disciplinares – Dados Numéricos

Temas	Produção do aluno	Sala de aula e prática de ensino	Letramento Digital	Materiais
Campos Disciplinares				
Linguística	91	12	1	4
Educação	13	7	1	0
Total	104	19	2	4

Tabela 30: Relação entre temas e campos disciplinares – Dados Percentuais

Temas	Produção do aluno	Sala de aula e prática de ensino	Letramento Digital	Materiais
Campos Disciplinares				
Linguística	87,5%	63,16%	50%	100%
Educação	12,5%	36,84%	50%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Dentro da temática “produção do aluno”, vemos que a maioria dos artigos pertence ao campo da Linguística, o qual é representado por 91 ou 87,5% dos artigos presentes em tal domínio disciplinar.

Fato semelhante ocorre com o tema “sala de aula e prática de ensino”, no qual também há uma predominância do campo da Linguística, embora esta seja menor do que aquela encontrada na temática anterior. De fato, quando o tema principal recai sobre o ambiente de sala de aula e nas práticas de ensino, dos 19 artigos sob esta temática, 12 pertencem à Linguística e 7 são inseridos no campo da Educação.

Por outro lado, nos artigos que partem da temática “Letramento e ensino digital” para o desenvolvimento de suas análises, vemos um equilíbrio entre ambos os

campos disciplinares, uma vez que 50% da produção encontra-se filiada ao campo da Linguística, enquanto a outra metade situa-se no universo da Educação.

Já em “Materiais”, houve o total predomínio da Linguística, uma vez que 100% dos artigos sob esta temática encontram-se inseridos neste campo, de modo que nenhum artigo que seguisse predominantemente o domínio da Educação foi encontrado neste contexto temático.

Dessa forma, podemos concluir que houve uma relação entre ‘temática’ e ‘campo disciplinar’, de modo que em trabalhos que tiveram como tema a produção do aluno e os materiais que este utiliza em seu aprendizado, mais da metade de seus representantes seguiu durante as análises, principalmente, os caminhos trilhados pelo campo da Linguística, em suas mais distintas ramificações, como já demonstrado anteriormente.

3.6. Relação entre Tipo de Pesquisa e Tipo de Dados

Da mesma forma como observamos um diálogo entre tema e campo disciplinar, pudemos constatar uma relação dialógica entre o tipo de pesquisa usado pelo estudioso e a natureza dos dados com os quais o mesmo desenvolveu seus estudos, reflexões e análises. Esta correspondência pode ser melhor demonstrada pelas tabelas a seguir:

Tabela 31: Relação Tipo de Pesquisa e Tipo de Dados – Valor Numérico

Pesquisa Dados	Estudo de Caso	Pesquisa- Ação	Pesquisa Experimental	Pesquisa Análise de Material
Produção do Sujeito	56	8	3	41
Registros	21	3	1	0
Respostas	13	0	1	1
Gravações	21	2	0	0
Provas/materiais	3	0	0	4
TOTAL	114	13	5	46

Tabela 32: Relação Tipo de Pesquisa e Tipo de Dados – Valor Percentual

Pesquisa Dados	Estudo de Caso	Pesquisa - Ação	Pesquisa Experimental	Pesquisa Análise de Material
Produção do Sujeito	49,13%	61,54%	60%	89,13%
Registros	18,42%	23,08%	20%	0%
Respostas	11,40%	0%	20%	2,17%
Gravações	18,42%	15,38%	0%	0%
Provas/materiais	2,63%	0%	0%	8,7%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Como já ressaltado anteriormente, pelo fato de um mesmo estudo fazer uso, muitas vezes, de mais do que um tipo de dados com o mesmo grau de importância, houve um aumento na quantidade final de ‘tipo de dados’, ultrapassando os 129 artigos presentes nos demais critérios por nós considerados. Dessa forma, alguns dos subitens presentes em ‘tipo de dados’ serão relacionados em mais do que um tipo de pesquisa, como pode ser constatado nas tabelas formuladas.

Pudemos perceber que no tipo de pesquisa “*estudo de caso*” há a presença de todos os ‘tipos de dados’ elencados em nossa pesquisa, presença esta bastante considerável dentro de cada item determinado. Como seria de se esperar, uma vez que neste tipo de pesquisa há o trabalho com um sujeito em especial, os dados mais utilizados pelos pesquisadores são as produções que faz o aprendiz durante seu processo de aprendizado da língua escrita, representando 56 artigos, ou seja, 49,13% dos dados usados em tal gênero de pesquisa. Apresentando-se em quantidade equilibrada de artigos, temos os dados ‘gravações’ e ‘registro em caderno de campo’, com 21 artigos (18,42%) cada, seguido pelo dado ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’, este com 13 artigos (11,40%). Por sua vez, o dado ‘provas, materiais de ensino e dados externos’, apesar de, aparentemente, ter uma pequena presença, já que são 3 os artigos nos quais tal material de análise é utilizado, tem neste tipo de pesquisa 42,86% do seu contexto de utilização, já que está presente em apenas 7 dos artigos formadores do nosso corpus.

No item “*pesquisa ação*”, também constatamos um predomínio do tipo de dados cujo material de análise é representado pelas produções do sujeito aprendiz, já que 61,54% dos dados usados neste gênero de pesquisa são desta natureza. Apresentando-se como o segundo em quantidade, temos o dado ‘registro em caderno de campo’, com 23,08%, ou seja, sendo utilizado em três artigos que adotaram tal gênero de pesquisa. Já o dado ‘gravação’ é usado em dois dos artigos formadores deste cenário, estando presente em 15,38% das pesquisas-ação por nós investigadas.

Nas “*pesquisas experimentais*” há, novamente, um predomínio do tipo de dados ‘produção do sujeito’, com 60% das pesquisas presentes neste domínio, ao passo

que há um equilíbrio entre o dado ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’ e ‘registros em caderno de campo’, cada qual representando 20% dos dados usados. Com relação às ‘*pesquisas análise de material*’, vemos que 89,13% dos dados usados são obtidos a partir das produções dos sujeitos, ao passo que o dado ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’ está presente em apenas um artigo, equivalendo a 2,17% dos materiais usados no gênero de pesquisa em questão. No entanto, é neste tipo de pesquisa que vemos um maior volume dos estudos sobre ‘provas, materiais de ensino e dados externos’, dado este que representa 8,7% dos materiais analisados em tal gênero de pesquisa. É válido ressaltarmos que é neste cenário que o tipo de dados ‘provas materiais de ensino e dados externos’ é utilizado em maior escala: 57,14% dos estudos nos quais ocorre sua análise desenvolvem a pesquisa análise de materiais.

Podemos concluir que há uma relação entre tipo de pesquisa e o tipo de dados usado para sua realização. Os dados representados por provas e materiais estão presentes, principalmente, nas pesquisas análise de material, não sendo usados em nenhum trabalho que se desenvolva a partir da pesquisa-ação ou da pesquisa experimental. Por sua vez, o dado ‘gravações’ também apresenta uma utilização nula na pesquisa experimental e na análise de material, estando presente em maior quantidade nos estudos de caso. Da mesma forma, os dados ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’ e ‘registros em caderno de campo’ são usados em larga escala nas pesquisas estudo de caso, sendo que o primeiro não é utilizado em nenhuma pesquisa-ação, enquanto que o segundo tem sua utilização nula na pesquisa análise de material. Já os materiais representados pelas produções dos sujeitos, embora tenham uma marcante aparição nos estudos de caso, são usados de forma significativa nas pesquisas ‘análise de material’, estando também presentes nos demais gêneros de pesquisa por nós identificados nos artigos analisados.

3.7. Relação entre Tipo de Pesquisa e Tema

Ao analisarmos o tipo de pesquisa seguido pelo estudioso para lidar com os mais distintos fenômenos relacionados com a temática que ele se propôs a investigar, vemos que há uma considerável correspondência entre ambos os aspectos, como poderá ser melhor visualizado com o auxílio das tabelas apresentadas abaixo:

Tabela 33: Relação Tipo de Pesquisa e Tema – Valor Numérico

Pesquisa Temas	Estudo de Caso	Pesquisa Ação	Pesquisa Experimental	Pesquisa Análise de Material
Produção do Aluno	60	6	2	36
Sala de aula/ práticas de ensino	13	1	1	4
Letramento e ensino digital	0	1	0	1
Materiais	1	0	0	3
TOTAL	74	8	3	44

Tabela 34: Relação Tipo de Pesquisa e Temas – Valores Percentuais

Pesquisa Temas	Estudo de Caso	Pesquisa Ação	Pesquisa Experimental	Pesquisa Análise de Material
Produção do Aluno	81,08%	75%	66,67%	81,82%
Sala de aula/ práticas de ensino	17,57%	12,5%	33,33%	9,09%
Letramento e ensino digital	0%	12,5%	0%	2,27%
Materiais	1,35%	0%	0%	6,82%
Total	100%	100%	100%	100%

Analisando as tabelas acima, podemos notar que há uma correspondência entre o tipo de pesquisa e o tema seguido pelo estudioso em suas análises. Mais de 50% dos artigos que realizaram um ‘estudo de caso’ dos sujeitos analisados em suas pesquisas tiveram como recorte temático a ‘produção do aluno’, de forma que 60 trabalhos adotaram tal procedimento para efetivar e aplicar suas ideias e hipóteses formuladas. Estando presente em um número considerável de artigos cujo gênero de pesquisa adotado é o do ‘estudo de caso’, temos a temática ‘sala de aula/ práticas de ensino’, com 13 artigos, ou seja, 17,57% do respectivo tipo de pesquisa.

Vemos, ainda, que quando os estudos seguem as tendências da ‘pesquisa-ação’, 75% de seus representantes partem da temática ‘produção do aluno’, havendo um equilíbrio entre o tema ‘sala de aula/práticas de ensino’ e ‘letramento e ensino digital’, cada qual representando 12,5% da referida produção.

Já nos trabalhos desenvolvidos a partir da ‘pesquisa experimental’, encontramos apenas duas temáticas abordadas: 66,67% referem-se à ‘produção do aluno’ e 33,33% exploram o universo da ‘sala de aula/ práticas de ensino’.

No que diz respeito à ‘pesquisa análise de material’ há, novamente, um predomínio da temática ‘produção do aluno’, sendo representado por 81,82% de tais estudos. Podemos notar certo equilíbrio entre os temas ‘sala de aula/ práticas de ensino’ e ‘materiais’, apresentando, respectivamente, 9,09% e 6,82% dos referidos estudos, ao passo que aqueles que circundam o universo do ‘letramento e ensino digital’ apresentam-se em apenas 2,27% deste tipo de pesquisa.

Por fim, podemos dizer que enquanto todos os tipos de pesquisa encontram na produção do aluno a temática de maior ocorrência, o mesmo não ocorre quando visualizamos a relação estabelecida do ponto de vista dos temas abordados. Afinal, enquanto vemos uma predominância do ‘estudo de caso’ nos estudos guiados pela temática ‘produção do aluno’ e pela ‘sala de aula/práticas de ensino’, ao ser explorada a temática ‘materiais’, o tipo de pesquisa predominante é a ‘análise de material’. Já se considerarmos o tema ‘letramento e ensino digital’, há um equilíbrio entre a ‘pesquisa-ação’ e ‘pesquisa-análise de material’, cada qual sendo representado por um artigo seguidor de tais gêneros de pesquisa.

Conclusão

Após a análise realizada no presente estudo, podemos perceber que a década de 90 foi um período fértil para os trabalhos em aquisição da língua materna por crianças na fase inicial de seu aprendizado. De fato, mais de 50 % da produção considerada situa-se entre 1990 e 1999, ao passo que os anos 00 abrigam 37,99% dos artigos analisados e a década de 80 representa apenas 8,52% de estudos envolvidos com a aquisição da escrita por crianças em fase de alfabetização dentro do nosso corpus de estudo. É válido ressaltarmos que tal predominância não encontra uma equivalência no número de exemplares das revistas analisadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa, tenham ou não sido delas retirados artigos para formar nosso corpus de análise. Isso porque o período no qual foi encontrado um maior número de exemplares das revistas em estudo é aquele compreendido nos anos 00, com um total de 43,89% dos exemplares por nós considerados, ao passo que na década de 90 tivemos 35,68% e na de 80, 20,44% dos exemplares formadores do acervo efetivamente explorado em nossa pesquisa.

Podemos afirmar que há uma grande preocupação com o estudo de assuntos relacionados diretamente com a produção do aluno aprendiz, voltando-se para aquilo que o mesmo faz durante sua caminhada rumo à aquisição da escrita. Dentro desta temática maior, ocupam uma posição de destaque aqueles trabalhos que se voltam para elementos da escrita deste sujeito, para fatores internos que interferem na versão final de sua produção, como o trabalho de Cavalcante (2007), o de Santos (2003), ou ainda o estudo de Kato (1995). Partindo da análise das produções dos aprendizes, nos estudos sobre tal temática vemos uma constante preocupação com questões relacionadas à coesão e coerência textuais, aos aspectos gramaticais das produções, assim como aos aspectos fonéticos e fonológicos envolvidos no período de aquisição. Temos também marcantes os estudos nos quais, a partir da produção do aprendiz, evidenciam-se questões de retextualização, re-escrita e de traços na escrita do sujeito analisado que demonstram o estilo do mesmo e aqueles nos quais são explorados o diálogo entre as deficiências do aprendiz e a aquisição da linguagem, ou ainda a visão que a própria criança tem de sua escrita e de seu aprendizado e a influência que o social pode ter no

ensino. São, ainda, marcantes os trabalhos que exploram a presença da oralidade na escrita das crianças, mostrando que a crença de que há uma interferência do primeiro na aquisição do código escrito é uma constante na visão dos estudiosos da linguagem.

Representando a segunda temática mais presente, temos aquela denominada ‘Ambientes de sala de aula/práticas de ensino’, guiando 19 dos 129 artigos por nós analisados. Vemos, assim, que a união ‘produção do aprendiz e o ambiente em que ocorre sua aprendizagem’ ocupam, juntos, mais do que 95% dos artigos formadores do nosso corpus.

Como era de se esperar, pesquisas em torno do letramento e ensino digital predominam nos anos 00, mas ainda são poucas se considerarmos a importância e presença indiscutível desse ambiente na vida das crianças dos dias de hoje. Contudo, não há dúvidas de que é este um tema emergente e que começa a ganhar um espaço próprio dentro das questões e estudos envolvidos com a linguagem escrita.

Estudos sobre o tema materiais usados no ensino também ocupam uma posição marginal dentro do nosso corpus, havendo um equilíbrio entre a década de 90 e os anos 00, não estando, contudo, presente em nenhum dos artigos datados nos anos 80.

Quanto ao campo disciplinar, vemos um predomínio visível da Linguística, mostrando o avanço deste campo do saber nas últimas décadas em nosso país. Dentro de nosso corpus, 83,72% dos artigos pautaram-se, predominantemente, nos pressupostos e nas tendências da área da Linguística, sendo marcantes aqueles em que o pesquisador voltou-se, em suas análises, para questões da linguística textual, dos aspectos morfológicos e estilísticos da produção do aprendiz, para as relações entre o sistema oral e o escrito ou ainda para a presença de traços de autoria nos escritos dos sujeitos cujas produções são o alvo do estudo.

O campo da Educação, presente em 16,28% dos artigos, caracteriza os estudos que ultrapassaram questões estritamente linguísticas e abordaram fatores como o desenvolvimento cognitivo, as etapas da aquisição da língua escrita no aprendiz, as representações simbólicas da linguagem ou ainda a importância e influência dos métodos de alfabetização no processo de aprendizagem da escrita.

Sem dúvida há uma relação significativa entre tema e campo disciplinar. Vemos que, frente aos temas estudados, a Linguística se coloca como campo predominante na temática ‘produção do sujeito aprendiz’, e na temática ‘material’, sendo que nesta última a totalidade dos artigos parte, predominantemente, dos pressupostos da Linguística em suas análises. Já na temática ‘sala de aula e práticas de ensino’, embora também haja tal predominância, esta se efetua de forma menos acentuada. Por sua vez, no que diz respeito ao tema ‘letramento e ensino digital’, vemos um equilíbrio entre o campo da Linguística e o da Educação, mostrando que os estudos em aquisição da escrita que partem da temática do letramento e ensino digital oscilam de forma equilibrada dentro destes dois grandes campos de conhecimento.

Quanto ao tipo de pesquisa, vemos uma predominância nos “estudos com sujeitos”, com 85 artigos, mostrando ser grande a preocupação em se estudar não apenas o que produz o aprendiz, como também as condições em que tal produção acontece, visando sempre analisar como fatores externos poderiam interferir naquilo que apresenta o sujeito ao fim ou durante suas manifestações escritas. Dentro dos estudos com sujeitos, constatamos que a maioria, mais precisamente 74 artigos, parte da pesquisa ‘estudo de caso’, confirmando a hipótese de que, no cenário da aquisição da escrita, os pesquisadores atribuem uma importância significativa para o tipo de pesquisa que explora uma situação, um contexto ou um tipo de sujeito de pesquisa em especial, visando analisá-lo, entendê-lo, enfim, estudá-lo de modo que suas características sejam apresentadas e compreendidas e comparações possam ser feitas com outros cenários ou eventos envolvidos com questões similares àquela estudada.

Já a pesquisa nomeada como ‘análise de material’ é o gênero seguido por 44 artigos de nosso corpus, o que nos mostra que, apesar de não ser predominante, é ainda atuante a preocupação com o material físico produzido nas mais distintas condições de produção, voltando-se o olhar para o objeto escrito e às características que o mesmo apresenta ou mesmo para fatores que eles sugerem ou deixam transparecer.

Quanto à sua distribuição temporal, vemos que os ‘estudos de caso’ predominam na década de 90, havendo poucas produções desta natureza na década de 80. Situação semelhante ocorre com o tipo de pesquisa ‘análise de material’, o qual predomina na década de 90, sendo imediatamente seguido pelos anos 00, apresentando

poucos estudos com essa característica nos anos de 1980. Já no que diz respeito às ‘pesquisas-ação’ e à ‘pesquisa experimental’, há uma ligeira predominância nos anos 00, sendo que não foram encontrados no nosso corpus estudos da pesquisa experimental na década de 80.

Na relação entre tema e tipo de pesquisa vemos que em todos os tipos de pesquisa predominam a temática da ‘produção do aluno’, sendo que a ‘análise de material’ é o único tipo presente em todas as temáticas abordadas. A pesquisa ‘estudo de caso’ não se apresenta como gênero em nenhum trabalho relacionado ao ‘letramento e ensino digital’, da mesma forma que a ‘pesquisa-ação’ não é usada em nenhum artigo cuja temática seja ‘materiais’ e a ‘pesquisa experimental’ não é usada na temática ‘letramento e ensino digital’ nem tampouco no tema ‘material’.

No tipo de dados utilizados para as pesquisas, há uma predominância da produção do sujeito aprendiz, com 107 artigos, mostrando-nos que, de fato, é do interesse dos pesquisadores analisar diretamente aquilo que fazem, que produzem os aprendizes, destacando a necessidade de se estudar de maneira séria e efetiva suas mais diversas manifestações escritas.

Quanto aos tipos de dados ‘gravações’, ‘respostas a questionários, entrevistas ou testes aplicados’ e ‘registros em caderno de campo’, há certo equilíbrio entre eles, mostrando-nos serem variadas as formas usadas pelo pesquisador para a coleta e análise dos dados com os quais se propõe a trabalhar.

No que diz respeito à sua distribuição temporal, vemos que a maioria predomina na década de 90, tendo nos anos 2000 o segundo período com um maior volume de produção. A exceção recai no dado ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’, a qual apresenta um ligeiro predomínio de seu volume nos anos 00.

Na relação entre tipo de pesquisa e tipo de dados vemos que em todos os tipos de pesquisa predominam os dados coletados das produções do sujeito aprendiz. No ‘estudo de caso’, há um equilíbrio entre o dado ‘registros em caderno de campo’ e ‘materiais’, os quais são imediatamente seguidos pelo dado ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’. Por sua vez, o dado ‘provas, materiais de ensino e dados externos’, apresenta-se como dados em apenas 3 dos artigos considerados. Em ‘pesquisa-ação’ não foi encontrado nenhum artigo que se pautasse na análise das

‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’ nem tampouco em ‘provas, materiais e dados externos’. Já na ‘pesquisa experimental’, há um equilíbrio entre os dados ‘registros’ e ‘respostas a questionários, entrevistas e testes aplicados’, com um artigo representante de cada, ao passo que não há nenhum sob o tipo de dados ‘gravações’ nem tampouco sob ‘provas, materiais de ensino e dados externos’. Por fim, na ‘pesquisa análise de material’ não há nenhum estudo cuja base de suas análises seja feita a partir de registros ou das gravações efetivadas no campo de estudo.

Assim sendo, a análise apresentada na presente pesquisa possibilita-nos afirmar que a questão da aquisição da escrita por crianças na fase inicial de seu aprendizado é alvo de interesse de uma parcela significativa dos estudiosos da linguagem. Muitos são os vieses através dos quais este fenômeno passa a ser considerado e estudado e, como pôde ser observado no decorrer de nosso estudo, ainda temos vários aspectos merecedores de maiores estudos e aprofundamento. Afinal, um tema dotado de uma indiscutível e evidente complexidade e importância jamais será esgotado, havendo sempre um novo estudo, uma nova questão a ser analisada e trabalhada para que contribuições sejam oferecidas para o processo de ensino e aprendizagem da Língua Escrita pelas crianças em fase de aquisição do código escrito.

Referências

- * ANGELUCCI, Carla Biancha et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991- 2000): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**. Vol. 30, nº 1, São Paulo, Jan./Abr. 2004.
- * BARRETO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim (coord.). Avaliação na Educação Básica (1990-1998). **Série Estado do Conhecimento**, Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.
- * BRAGA, Gilda M.; OBERHOFER, Cecília A. Diretrizes para avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Revista Latinoamericana de Documentación**, Vol. 2, nº1, 1982.
- * CAGLIARI, Luis Carlos. A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem pelas crianças na alfabetização. In: ROJO, Roxane (Org.). **Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas**. Campinas, SP: Mercado das letras, 1998.
- * CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. – Qualis periódico. Disponível em: www.capes.gov.br/avaliacao/qualis.
- * CARVALHO, Roseli Vaz. O Estado da Arte das pesquisas em educação de jovens e adultos na CAPES – período de 1987 – 2006. **Caderno de Pesquisa: pensamento educacional**. Vol.4, nº 8, jul/dez 2009, p.117-130.
- * CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, ano/vol 16, nº002- CIED, Universidade do Minho, Braga- Portugal, 2003, 221-236.
- * COLELLO, Silvia M. Gasparian. Alfabetização e Letramento: Repensando o ensino da língua escrita. In: **Videtur, 29**. Editora Mandruvá- on line.[200-?]
- * FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **A pesquisa sobre leitura no Brasil – 1980-1995**. Campinas, SP: Komedi, Arte Escrita, 2001. (Coleção ALLE, Leitura e Escrita)
- * FIAD, Raquel Salek et alii. A produção acadêmica sobre aquisição e ensino da escrita. In: **Estudos Linguísticos XXIX**. Assis, SP, v.29, 2000, p.492-497.
- * FRANCO, Maria A. Santoro. Pedagogia da Pesquisa-ação. In: **Educação e Pesquisa**, Vol.31, nº 3, São Paulo, set/dez 2005, 483- 502.
- * FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, set./dez. 2006, p. 54-66.

- * GAFFNEY, Janet S., ANDERSON, Richard C.. Trends in reading research in the United States: changing intellectual currents over three decades. In: KAMIL, M. L et al. **Handbook of reading research** – Vol. III. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2000.
- * GOMES-SANTOS, Sandoval Nonato. **A questão do gênero no Brasil: teorização acadêmico-científica e normatização oficial**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- * _____ . Algumas tendências dos estudos sobre gênero discursivo na pesquisa acadêmica brasileira. In: **Leitura: Teoria e Prática**. Ano 20, nº 38, março/2002.
- * _____ . A emergência do conceito de gênero discursivo na produção acadêmico-científica brasileira. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), São Paulo (SP), 2002. Disponível em: <http://gel.org.br/estudoslinguisticos/index.php>. Acesso em 2009.
- * HADDAD, Sérgio (coord.). “A educação de jovens e adultos no Brasil (1986 – 1998)”. **Série Estado do Conhecimento**, nº 8 Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.
- * _____ . **Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte**. Brasília. DF: REDUC, 1987.
- * IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso junho/2010.
- * INAF Brasil 2009 – Indicador de alfabetismo funcional. Principais resultados. Ação do Ibope pela educação – Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa.
- * Instituto Paulo Montenegro – Disponível em: <http://www.ipm.org.br/>. Acesso jun/2010.
- * KATO, Mary. **No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.
- * LIBÂNEO, José C. ; FREITAS, Raquel A. M. da M. . Vygotsky, Leontiev, Davydov Três aportes teóricos para a teoria histórico-cultural e suas contribuições para a didática. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006**. Goiânia - GO: Editora Vieira/UCG, Vol. 1, 2006.
- * MARCUSCHI, Luis A.. Revistas Brasileiras em Letras e Linguística. In: **Boletim da Abralín**, nº 25, Fortaleza: Imprensa Universitária/ UFC, 2000, p. 63-105.
- * MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, Vol. 25, nº 3, set./dez. 1996.

- * MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **Portal Mec. Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**, Brasília, Vol. 1, 2006, p. 1-16.
- * MUELLER, Susana Pinheiro Machado; PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de Abreu. O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, nº2, maio/ago, 2001, p. 47-63.
- * NEVES, Vanessa F. Almeida. Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, Vol.1, nº 1, São João Del Rei, jun, 2006, 1-17.
- *PEREIRA. Maria de Fátima Rodrigues; PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. Formação de Professores: projetos em conflito. In: **1º Simpósio Nacional de Educação. XX Semana de Educação**. 10,11 e 12 de novembro de 2008. Unioeste, Cascavel.
- * Portal Eco Debate, disponível em: www.ecodebate.com.br. Especial: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007: Analfabetismo, 13/05/2009. Matérias de Amanda Cieglinski, da Agência Brasil, com a colaboração de Isabela Vieira, Rio de Janeiro.
- * SCHULTZE, Silvana. Características de periódicos científicos produzidos por editoras universitárias brasileiras. In: **Informação & Sociedade: Estudos**. Vol.15, nº2, 2005.
- * SCHWARTZMAN, Simon. A Política Brasileira de Publicações Científicas e Técnicas: reflexões. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, Vol.15, nº 3, mar./jun. 1984, p.25-32.
- * SOARES, Magda Becker. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília – REDUC (Rede Latino-Americana de informação e documentação em educação); INEP, 1989.
- * _____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº25, 2004, p.5-17.
- * _____. A reinvenção da alfabetização. In: **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Editora Dimensão, Vol. 9, nº52. jul./ago. 2003, p. 17-22.
- * STUMPF, Ida Regina Chitto. Reflexões sobre as Revistas Brasileiras. In: **Texto**, Porto Alegre, v. 3, nº 1, 1998.
- * _____. Passado e futuro das revistas científicas. In: **Ciência da Informação**- Vol 25, número 3, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/463>. Acesso em 2009.
- * _____. Periódicos Científicos. **Documentos ABEBD - Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação**, 8. Porto Alegre, 1998.

* VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. In: **Revista SOCERJ**, 20(5), set/out 2007; 383-386.

* ZAINDAN, Samira et al (org.). **Estado do Conhecimento sobre a rede municipal de educação de Belo Horizonte: 1986 – 2005**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2009.

Bibliografia

- * ANDRÉ, Marli E.D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- *CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.
- * BRITO, Antonia Edna. Prática pedagógica alfabetizadora: a aquisição da língua escrita como processo sociocultural . **Revista Iberoamericana de Educación**. n.º 44/4 – 10 de novembro de 2007.
- * FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002.
- * FREITAG, Bárbara. Alfabetização e Psicogênese: um estudo longitudinal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (72): 29-38, fevereiro 1990.
- * GOLDENSTEIN, Marlene Seica. **Produção de conhecimento e atividade formativa: uma proposta para educadores**. Campinas, SP, [s.n.], 2009. (Tese de Doutorado).
- * JOSEFI, Ângela Helena Bona. A Linguística e a aquisição da escrita. In: **ANALECTA**, Guarapuava, Paraná, v. 3, nº 1, jan/jun. 2002.
- * MOROSINI, Marília Costa (coord. e org.). **Educação Superior em periódicos nacionais (1968- 1995)**. Brasília – DF. MEC/ Inep/ Comped, 2001.
- * ROCCO, Maria Thereza Fraga. Acesso ao mundo da escrita: os caminhos paralelos de Luria e Ferreiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (75): 25-34, novembro, 1990. Faculdade de Educação, USP.
- * SÁ BARRETO, Elba Siqueira de; PINTO, Regina Pahim. Avaliação na Educação Básica (1990-1998). Coord. Fundação Carlos Chagas (FCC). **Série Estado do Conhecimento**, nº4, Brasília – DF, MEC/Inep/Comped, 2001.
- * SCHELBAUER, Analete Regina. O Estado da arte em História da Educação no Brasil Império: mapeamento preliminar da produção do HISTEDBR nas Jornadas, Seminários e Revista On-Line. HISTEDBR, 2005. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/html>. Acesso 2009.

Anexos

São apresentadas, a seguir, as revistas que fizeram parte do meu corpus de análise, juntamente com seus respectivos artigos:

Revista da Abralín

1) FRONZA, Cátia de Azevedo. Fala e Escrita: considerações preliminares sobre dados da educação infantil e do ensino fundamental – Revista da Abralín, v.6, n2 , 2007, 235-252.

Revista ALFA

2) GHIRALDELO, C. M. Coesão e Coerência Textual em composições infantis. Alfa 33, 1989 , 9-21.

Cadernos de Estudos Linguísticos

3) ALVARENGA, Daniel et al. Da forma sonora da fala à forma gráfica da escrita uma análise linguística do processo de alfabetização. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (16), jan/jun 1989, 5- 30.

4) MAYRINK- SABINSON, M^a Laura. A produção escrita da criança e sua avaliação. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (24), jan/jun, 1993, 19-33. (também presente em: Leitura, Teoria e Prática, Ano 12, Dezembro de 1993, nº 22. A produção escrita da criança e sua avaliação. M. Laura T.M. Sabinson)

5) SOARES, Maria Elias. Aspectos relativos à produção de narrativas por crianças de 3 a 9 anos. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (26), jan/jun. 1994, 79- 102.

6) NASCIMENTO, Edna Maria F.S. . Paráfrases definicionais de substantivos em crianças não alfabetizadas. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (26), jan/jun 1994, 111-122.

7) MOREIRA, Nadja da Costa Ribeiro. Regularidades Linguísticas na Aquisição da Ortografia. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (29), jul/dez 1995, 91-107.

8) KOCH, Ingedore G. Villaça. Aquisição da escrita e textualidade Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (29), Jul/Dez 1995, 109-117.

9) MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. Testes ABC e a fundação de uma tradição: alfabetização sob medida. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (31), Jul/Dez 1996, 145-469.

10) ABAURRE, Maria Bernardete Marques; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura Trindade; FIAD, Raquel Salek. Questões sobre estilo e sua relação com gêneros do discurso no processo de aquisição da língua escrita. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (44), Jan/Jun 2003, 301-313.

11) BOSCO, Zelma R. Notas sobre o nome próprio na aquisição da escrita. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas (47) (1) e (2), 2005, 99-107.

12) BERNARDES, Ana Cristina de Aguiar. Algumas considerações sobre o tema da pontuação na escrita inicial. Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas 47 (1) e (2), 2005, 109-117.

13) SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. Afinal, quem narra na narrativa da criança? Cadernos de Estudos Linguísticos – Campinas 47 (1) e (2), 2005, 175-185.

DELTA – Revista de Documentação em Estudos de Linguística Aplicada

14) COSTA, Sérgio Roberto. A construção/ Apropriação da escrita nas salas de aula da escola fundamental e nas salas de bate papo na Internet. DELTA – Revista de Documentação em Estudos de Linguística Aplicada. Vol.22, nº1, 2006.

15) REGO, Lucie Browne. A escrita de estórias por crianças: as implicações pedagógicas do uso de um registro linguístico. DELTA, vol2, nº2, 1986.

16) ROJO, Roxane Helena Rodrigues. O desenvolvimento da narrativa escrita: como são os textos que as crianças escrevem? DELTA, vol.6, nº2, 1990.

17) ROCHA, Ítá Lerche Vieira. Pontuação e formato gráfico do texto: aquisições paralelas. DELTA, vol.12, nº1, 1996.

Educação e Sociedade

18) GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; LEITE, Sérgio Antônio da Silva. A escrita como recurso mnemônico na fase inicial de alfabetização escolar: uma análise histórico-cultural. . Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 78, abril de 2002.

Intercâmbio- ICHS / UFOP

19) TIEPOLO, Elisiani Vitória. O texto poético na alfabetização. Vol. I, nº 4, 1997.

Intercâmbio- LAEL – PUC-SP

20) CALIL, Eduardo. A rasura no texto infantil: uma abordagem introdutória. Revista Intercâmbio, Vol. IV, 1994, 41-53.

21) GAGLIARDI, Eliana. A constituição do leitor na narrativa ficcional escrita– Revista Intercâmbio, Vol. IV, 1994.

22) NAGAMINI, Regina. O Processo de produção de texto e a intervenção na prática clínica. Revista Intercâmbio, Vol. IV, 1994.

23) COX, Maria Inês Pagliarini. Tia, tem tracinho? Revista Intercâmbio, Vol. VI, 1997.

24) CALHETA, Patrícia Prado. “‘Isso tá errado, é assim ó’: do lugar da falta ao sentido do errar”. Revista Intercâmbio, Vol. VI, 1997.

25) MENDES, Paulo Eduardo. A alfabetização do surdo: uma necessidade de compreensão do diferente. Revista Intercâmbio, Vol. V, 1996.

26) NASCIMENTO, Celina Aparecida B.. A repetição em narrativas infantis na escola pública e particular. Revista Intercâmbio Vol. V , 1996.

Leitura, Teoria e Prática

27) NASCIMENTO, Marlei Gomes do. Sobre o período preparatório para a alfabetização – Revista Leitura, Teoria e Prática, v. 9, n. 16, 1990, 36-44.

28) PERRONI, Maria Cecília. Considerações sobre a aquisição do discurso dissertativo. Revista Leitura, Teoria e Prática, Campinas, v. 9, n. 16, 1990, 56-61.

29) CASTANHEIRA, Maria Lúcia. Da escrita no cotidiano à escrita escolar. Revista Leitura, Teoria e Prática, Ano 11, nº 20, dez / 1992.

30) GARCIA, Maria Mello. Alfabetização: uma ou duas? Um estudo exploratório. Revista Leitura, Teoria e Prática, Ano 11, nº 20. dez / 1992.

31) NASCIMENTO, Marlei Gomes do. De como a leitura auxilia a criança na (auto) correção do próprio texto. Revista Leitura, Teoria e Prática, Ano 6, nº 10, Dezembro de 1987.

32) OLIVEIRA, Eduardo Calil de. Era uma vez? Diferenças nos modos de relação com o que se escreve. Revista Leitura, Teoria e Prática, Ano 17, nº 32, Novembro de 1998.

33) OLIVEIRA, Eduardo Calil de. Os efeitos da intervenção do professor no texto do aluno. Eduardo Calil. Revista Leitura, Teoria e Prática, Ano 19, nº 36. Dezembro de 2000.

Letras de Hoje

34) COSTA, Adriana Corrêa. Consciência Fonológica: a relação entre desenvolvimento e escrita. Revista Letras de Hoje, vol.38, nº 2, junho 2003, 137-153.

35) MAGALHÃES, Telma Moreira Vianna. Aprendendo o sujeito nulo na escola. Letras de Hoje, vol.38, nº1, março 2003, 189-202.

36) CALIL, Eduardo; LIMA, Maria Hozanete. Os efeitos dos nomes próprios em histórias inventadas. Letras de Hoje, vol.36, nº3, setembro 2001, 339-345.

37) CALIL, Eduardo; FELIPETO, Sonia. Entre o oral e o escrito: a posição de sujeito nas rasuras. Letras de Hoje, vol.36, nº3, setembro 2001, 347-353.

38) COSTA, Maria da Conceição do Carvalho. Pontuação: o que dizem as crianças na 1ª série do Ensino Fundamental? Letras de Hoje, vol.36, nº3, setembro 2001, 457-463.

39) MOURA, Ana Célia. Concepções de crianças sobre a linguagem que deve aparecer em livros. Letras de Hoje, vol.36, nº3, setembro 2001, 473-480.

40) ALBUQUERQUE, Liana. Alfabetização e fala: por uma pedagogia da variação linguística. Letras de Hoje, vol.36, nº3, setembro 2001, 489-496.

41) VARELLA, Noely. Aquisição das líquidas não-laterais na linguagem escrita. Letras de Hoje, vol.36, nº3, setembro 2001, 497-505.

42) ANUNCIÇÃO, Vera Lúcia. Aquisição da escrita e deficiência mental. Letras de Hoje, vol.36, nº3, setembro 2001, 515-520.

- 43) SALEH, Pascoalina. Narrativas infantis e efeitos de linguagem. *Letras de Hoje*, vol.36, nº3, setembro 2001, 521-527.
- 44) SALLES, Jerusa; PARENTE, Maria Alice; ALEXANDRE, Bibiana; XAVIER, Cláudia; FERNANDES, Janice. Recontar de histórias por crianças: instrumento de avaliação da compreensão de leitura. *Letras de Hoje*, vol.36, nº3, setembro 2001, 529-535.
- 45) MORAES, Marliza Bodê; VILLARDI, Raquel Marques. O que mostram os textos infantis sobre os processos de aquisição da linguagem escrita. Uma reflexão sobre linguagem, cognição e cultura. *Letras de Hoje*, vol.36, nº3, setembro 2001, 553- 558.
- 46) CAMPOS, Cláudia. “Eu acho legal”: podemos ver através do jogo entre as palavras? *Letras de Hoje*, vol.36, nº3, setembro 2001, 577-583.
- 47) VASCONCELLOS, Roseli. Fala e escrita nas produções de uma criança com paralisia cerebral. *Letras de Hoje*, vol.36, nº3, setembro 2001, 601-607.
- 48) BOSCO, Zelma Regina. Um novo olhar sobre o desenho e a escrita. *Letras de Hoje*, vol.36, nº3, setembro 2001, 633-639.
- 49) MENEZES, Gabriela; LAMPRECHT, Regina Ritter. A consciência fonológica na relação fala - escrita em crianças com desvios fonológicos – evolutivos. *Letras de Hoje*, vol.36, nº3, setembro 2001, 743-749.
- 50) STEYER, Vivian. “Se uma pessoa tá falando, então não precisa de ponto final”: relações entre oralidade e escrita nas concepções de crianças alfabetizadas sobre pontuação. *Letras de Hoje*, 2001, vol. 36, nº125.
- 51) SOARES, Fabiane Pereira. O mecanismo coesivo na elipse do sujeito na narrativa escrita infantil. *Letras de Hoje*, vol.39, nº3, setembro 2003, 243-258.

- 52) YAVAS, Feryal; HAASE, Vitor Geraldi. Consciência fonêmica em crianças na fase de alfabetização. Letras de Hoje, vol.23, nº 4, dezembro de 1988.
- 53) FLORES, Onici Claro. Sensibilidade linguística e aprendizagem inicial da leitura e da escrita. Letras de Hoje, vol.27, nº4, dez/1992.
- 54) POERSCH, José Marcelino. A maturidade linguística e a aquisição do código escrito. Letras de Hoje, vol.27, nº4, dez/1992.
- 55) ZILLES, Ana Maria. Competência discursiva na fase de alfabetização: inter-relação entre pragmática e sintaxe. Letras de Hoje, vol. 28, nº2, junho/1993.
- 56) MC CARTHEY, Sarah J. ; RAPHAEL, Taffy. Integração pedagógica da leitura e escritura: três abordagens e suas respectivas implicações na alfabetização. Letras de Hoje, vol. 28, nº4, dez/1993.
- 57) GOLBERT, Clarissa S. .Relação dialógica e a representação mental – algumas interferências sobre o processo de aquisição da língua escrita. Letras de Hoje, vol.30, nº4, dezembro/1995.
- 58) VARELLA, Noely Klein. Na aquisição da escrita pelas crianças ocorrem processos fonológicos similares aos da aquisição da fala? . Letras de Hoje, vol.30, nº4, dezembro/1995.
- 59) SANTOS, Rosangela M. . Reincidência dos desvios na escrita de uma criança. Letras de Hoje, vol.30, nº 4, dezembro/1995.
- 60) OLIVEIRA, Eduardo Calil de. A criança e a rasura na prática de textualização de história inventada. Letras de Hoje, vol.33, nº1, junho/1998.
- 61) FARIA, Núbia R.B..O que escapa à relação fonema- grafema na aquisição da escrita. Letras de Hoje, vol.33, nº2, junho/1998.

- 62) SANTOS, M. do S.F. dos; ARAÚJO, A.F. da C.; CALIL, E. A reescrita na sala de aula: iniciando uma discussão. Letras de Hoje, vol.33, nº1, junho/1998.
- 63) ROCHA, I.L.V. A grafia de ditongos por crianças de séries iniciais – alguns problemas e comparações. Letras de Hoje, vol.33 nº2, junho/1998.
- 64) SOARES, M.E.. A focalização do personagem na criação de diálogos em narrativas escritas. Letras de Hoje, vol.33, nº2, junho/1998.
- 65) MOREIRA, N.C.R.. A representação da nasalidade: o que nos revelam as grafias infantis. Letras de Hoje, vol.33, nº2, junho/1998.
- 66) ARAÚJO, A.F.da C.; SANTOS, M.do S.F. ; CALIL, E.. “Invente uma história”: reflexões sobre uma prática de textualização. Letras de Hoje, vol.33, nº2, junho/1998.
- 67) STEYER, V.E. ; AXT, M. .Os aspectos formais de apresentação no texto espontâneo: produtos, procedimentos e concepções de crianças alfabetizadas. Letras de Hoje, vol.33, nº2, junho/1998.
- 68) GUIMARÃES, A.M.M. ; SIMÕES, L.J. ; SILVA, C.L.C.. À procura de marcas na narrativa autônoma. Letras de Hoje, vol.33, nº2, junho/1998.
- 69) SOARES, Maria Elias. O desenvolvimento da habilidade de organização textual em língua escrita. Letras de Hoje, vol.34, nº3, setembro/1999.
- 70) CALIL, Eduardo. Processos metaforonímicos e o interdiscurso na criação de histórias. Letras de Hoje, vol.34, nº3, setembro/1999.
- 71) ELIAS, Carime R.; GOLBERT, Clarissa Golbert ; COLLARES, Darli ; REIS, Ellen ; SANTOS, Vera. A construção do discurso escrito – conferências de escrita. Letras de Hoje, vol.37, nº2, junho 2002.

Revista: Linguagem e Ensino

72) OLIVEIRA, Maria Bernardete Fernandes de. Produções Escritas e Processos Identitários um estudo de textos de alunos do ensino fundamental. Revista: Linguagem e Ensino, vol. 4, nº 1, 2001, 67-77.

73) CAVALCANTE, Tícia C.F. . Argumentação e Apropriação ortográfica em crianças com distúrbio de leitura- escrita. Revista: Linguagem e Ensino, vol.10, nº2, dez 2007, 503-525.

74) GUIMARÃES, Ana Maria de Mattod. Desenvolvimento de narrativas –introdução de referentes no universo textual. Revista Linguagem e Ensino – vol. 2, nº2, 1999.

Linguagem em (dis)curso

75) SCHLICKMANN, Maria Sirlene Pereira. As cartilhas no processo de alfabetização. Linguagem em (dis)curso - vol.2, nº 1, jul/dez2001.

76) GAGO, Paulo Cortes; VIEIRA, Lucilene Santos Lima. O processo de retextualização a partir do gênero textual fábula: uma pesquisa participativa com alunos do 3º ano do ensino fundamental. Linguagem em (dis)curso - vol.6, nº1, jan/abr 2006.

Revista de Estudos da Linguagem (BH)

77) CHACON, Lourenço. Para além de Vínculos diretos entre características fonético-segmentais e ortográficas na escrita infantil. Revista de Estudos Linguísticos (BH) – vol.16, nº1, jan/jun 2008, 215-230.

78) JUSTI, Cláudia Nascimento Guaraldo; JUSTI, Francis Ricardo dos Reis. A consciência fonológica: o efeito do seu treinamento no desenvolvimento da escrita em crianças escolares. Revista Estudos Linguísticos (BH), vol.14, nº1, jan/jun 2006, 95-124.

79) SANTOS, Carmi Ferraz. A argumentatividade em textos infantis e sua forma de ensino na escola. Revista Estudos Linguísticos (BH), vol.11, nº 1, jan/jun 2003, 149-162.

Revista Letras –Programa de Pós- Graduação em Letras Universidade Federal de Santa Maria

80) GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; ROBAZKIEVEZ, Maria Cristina Fernandes. Aquisição da escrita: entre a alfabetização e o letramento - Aquisição de Língua materna: heterogeneidade da pesquisa. Letras, nº36, 2008.

81) CORRÊA, Marica Cristina. O discurso da e sobre a escrita de crianças em fase inicial de letramento. Letras, nº36, 2008.

Revista do Gel

82) KOERNER, Rosana Mara. A inscrição nos gêneros epistolares em dados de aquisição da escrita. Revista do Gel, 2005.

Revista de Estudos Linguísticos

83) ABAURRE, Maria B.; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura; FIAD, Raquel S.; MATTOS, Maira Augusta B. de ; DOMENICA, Janete S. ; FERRARO, Marcela R.; FLORENZANO, Valéria R.; BUIN, Edilaine. Subjetividade, Alteridade: reflexos, nas primeiras escritas, da alternância de lugares discursivos. Estudos Linguísticos XXVI, 1997 – Campinas (SP).

84) MELO, Lélia Erbolato. A construção social da alfabetização: relato de uma pesquisa. Estudos Linguísticos XXIII, vol.II, 1994, São Paulo.

85) LUZ, Geraldo Antonio da. Elementos dados e novos em textos de crianças normais e excepcionais. Estudos Linguísticos XXII, vol. II, 1993, Ribeirão Preto.

- 86) MAURO, Maria; Marieta L. NICOLAU. Esboço de uma tipologia de textos produzidos por crianças recém-alfabetizadas. Estudos Linguísticos XXII, vol. II, 1993, Ribeirão Preto.
- 87) PEDROSA, Roberto Castanheira. Desenvolvimento da leitura e da escrita em alunos do primeiro. Estudos Linguísticos, XXII, vol.II, 1993, Ribeirão Preto.
- 88) SCHWARTZ, Onaide. Erros ortográficos em textos espontâneos escritos por alfabetizandos, decorrentes de transcrição fonética. Estudos Linguísticos XXII, vol. II, 1993, Ribeirão Preto.
- 89) MAURO, Maria Adélia F. . Avaliação da produção escrita de crianças na fase inicial de seu processo de aprendizagem. Estudos Linguísticos, XXI, vol.2, 1992, Jaú.
- 90) NOGUEIRA, Maria Cristina de Siqueira. Letramento e desenvolvimento de linguagem escrita: construção social, ensino e aprendizagem de língua escrita. Estudos Linguísticos, XXI, vol.2, 1992, Jaú.
- 91) OLIVEIRA, Débora Deliberato de. Reflexões sobre a aquisição da escrita em crianças das classes “A” e “C”. Estudos Linguísticos, XXI, vol.2, 1992, Jaú.
- 92) CAMARGO, Evani A. Amaral ; SCARPA, Ester Miriam. O texto narrativo em crianças com síndrome de Down. Estudos Linguísticos, XXV, 1996, Taubaté.
- 93) FRANCISCHINI, Rosângela. Relações de referência no texto escrito: como a criança as estabelece e as compreende. Estudos Linguísticos, XXV, 1996, Taubaté.
- 94) SANCHES, Rosalie Gallo y. Dificuldades de escrita para recém alfabetizados. Estudos Linguísticos, 1980, vol. 3. Araraquara
- 95) NOGUEIRA, Maria Cristina de Siqueira. O processo de letramento inicial: do conhecimento espontâneo ao conhecimento sistemático. Estudos Linguísticos, XXII, vol.2, 1993, Ribeirão Preto.

- 96) ABAURRE, Maria Bernadete Marques. O que revelam os textos espontâneos sobre a representação que faz a criança do objeto escrito? In: XIV Seminários do GEL, 1987, Campinas. Estudos Lingüísticos XIV (Anais de Seminários do GEL). Campinas : IEL/Unicamp, 1987, p. 129-135.
- 97) FIAD, Raquel Salek. Análise de um tema em vários autores (e em várias versões). Estudos Linguísticos, XXVII, 1998, vol.27, São José do Rio Preto.
- 98) OLIVEIRA, Sílvia F. Capacidade Cognitiva e aquisição da língua escrita. Estudos Linguísticos, XXVII, 1998, vol.27, São José do Rio Preto.
- 99) OLIVEIRA, Pascoalina Bailon de. O papel da instrução na elaboração de textos narrativos por crianças de séries iniciais. Estudos Linguísticos, XXVII, 1998, vol.27, São José do Rio Preto.
- 100) MAYRINK-SABINSON, Maria Laura T. Índicios de individualidade na escrita inicial da criança. Estudos Linguísticos, XXII, vol.1, 1993, Ribeirão Preto.
- 101) ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Explorando os limites da sistematicidade: indícios da emergência de traços estilísticos na escrita infantil. Estudos Linguísticos, XXII, vol.1, 1993, Ribeirão Preto.
- 102) ABAURRE, Maria Bernadete Marques Índicios das primeiras operações de reelaboração nos textos infantis. Estudos Linguísticos XXIII, vol. 1, 1994.
- 103) ABAURRE, Maria Bernadete Marques ; FIAD, Raquel Salek ; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura; GERALDI, João WanderleiY. O caráter singular das operações de refacção nos textos representativos do início da aquisição da escrita. Científico Nacional, XLII Seminário do GEL, Vol. 1, São Paulo, SP, 1994, 76-84.
- 104) MARCOMINI, Adriani Aparecida. Estudo comparativo de alguns substantivos definidos por crianças e pelo dicionário. Estudos Linguísticos, XXIV, 1995.

105) OLIVEIRA, Pascoalina Bailon de. Ficção e realidade na aquisição de narrativas. Estudos Linguísticos, XXIV, 1995.

106) BEMERGGUY, Márcia Gutierrez A.A. . O desenvolvimento da competência comunicativa em alunos do 1º grau. Estudos Linguísticos, XXV, 1996, Taubaté.

107) FRANCISCHINI, Rosângela. Relações de referência no texto escrito: como a criança as estabelece e as compreende. Estudos Linguísticos, XXV, 1996, Taubaté.

108) GUINDASTE, Reny Maria Gregolin. A (re)aquisição da linguagem no agramatismo. Estudos Linguísticos, XXV, 1996.

109) MAYRINK-SABINSON, M. Laura T. .Operações de Refacção de Textos: Momentos Iniciais. Estudos Linguísticos XXIII – Anais de Seminários do GEL Vol.1, Trabalhos apresentados no XLI Seminário – Ribeirão Preto, São Paulo, 1994.

110) MELO, Lélia Erbolato. A construção social da alfabetização: relato de uma pesquisa. Estudos Linguísticos XXIII – Anais de Seminários do GEL Vol.II, Trabalhos apresentados no XLI Seminário – Ribeirão Preto, São Paulo, 1994.

Revista Letras – Curitiba

111) GUARINELLO, Ana Cristina; BERBERIAN, Ana Paula ; SANTANA, Ana Paula; MASSI, Gisele Athayde; RIVABEM, Keylla Darielle ; JACOB, Lilian Cássia Bórnica ; MACHADO, Maria Letícia Cautela de Almeida. Dificuldades de aprendizagem da escrita: uma análise de acompanhamentos clínicos dessa modalidade de linguagem. Revista Letras – Curitiba. Editora UFPR, nº 70, set/dez.2006, 247-266.

112) MASSI, Giselle de Athayde, GREGOLIN, Reny. Reflexões sobre o processo de aquisição da escrita e a dislexia. Revista Letras – Curitiba. Editora UFPR., nº 65, jan/abr 2005.

113) OLIVEIRA, Marco Antonio de ; ASSUMPÇÃO, Solange R. Bonomo. Para além da frase: os recursos de pontuação como elementos de natureza textual e sociodiscursiva. Revista Letras – Curitiba. Editora UFPR, nº 61 Especial, 2003.

114) CHACON, Lourenço. Oralidade e Letramento na construção da pontuação. Revista Letras – Curitiba. Editora UFPR, nº 61 Especial, 2003.

115) GREGOLIN, Reny; COUSSEAU, Saletto Rocio. A Aquisição da Escrita na Síndrome de Down: um estudo de caso. Revista Letras – Curitiba. Editora UFPR, nº 58, jul/dez 2002.

116) CAMPOS, Claudia Mendes. A “geometria” da construção dos sentidos em textos infantis Revista Letras – Curitiba. Editora UFPR, nº 54, jul/dez 2000.

117) GREGOLIN-GUINDASTE, Reny Maria; GODOY, Maria Alice Maschio de. Os pseudotextos de P.H.: estudo de um caso-problema. Revista Letras – Curitiba. Editora UFPR, nº 49, 1998.

118) GREGOLIN-GUINDASTE, Reny Maria. A linguagem de aprendizes: a singularidade de casos. Revista Letras- Curitiba. Editora UFPR, nº 48, 1997.

Trabalhos em Linguística Aplicada

119) KLEIMAN, Ângela. Aprendendo palavras, fazendo sentido: o ensino de vocabulários nas primeiras séries. Trabalhos em Linguística Aplicada, nº 9, 1987, 47 – 81.

120) CAMARGO, Dair A. Franco de. A criança de baixo nível sócio-econômico e os métodos de alfabetização – Trabalhos em Linguística Aplicada nº 5-6, 1985, 41- 64.

121) COSTA VAL, Maria da Graça. A inter-relação oralidade e escrita no aprendizado da redação. Trabalhos em LA. (29), jan/jun 1997, 69-84.

122) KOCH, Ingedore G. Villaça Interferências da oralidade na aquisição da escrita. *Trabalhos em LA* – (30), jul/dez 1997, 31- 38.

123) BORDAS, Miguel A. Garcia. As noções de conservação e seus correlatos semânticos em crianças de alfabetização e prontidão: um estudo diagnóstico. *Trabalhos em LA*, (12), jul/dez 1988, 45-61.

124) ROJO, Roxane Helena. O Desenvolvimento da narrativa escrita: como são os textos que as crianças escrevem? *Trabalhos em Linguística Aplicada* – (16), jul/dez 1990, 101-109.

125) FILIPOUSKY, Ana Marisa Ribeiro; GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. Produção Textual de alunos de 1ª e 2ª séries do ensino de 1º grau: algumas evidências que conduzem à construção de uma metodologia de ensino de leitura e escrita baseada no potencial de amadurecimento do aprendiz – *Trabalhos em LA* (12), jul/dez 1988, 63-78.

126) FILIPOUSKI, Ana Mariza R. ; GUIMARAES, A. M. M. Análise Linguística da Produção Textual nas séries iniciais – *Trabalhos em LA* (12), jul/dez 1988, 79-89.

127) MAYRINK-SABINSON, Maria L. T. Fazendo humor no texto: a emergência do estilo a partir da análise de um corpus longitudinal em aquisição da escrita – *Trabalho em LA* (36), jul/dez 2000, 121-130.

128) FRONZA, Cátia de Azevedo; LORANDI, Aline; LEMES, Patrícia Beatriz (UNISINOS). Dados de escrita em séries iniciais: ortografia, fonologia e textualidade – *Trabalhos em LA* – 45 (1), jan.jun/2006, 187-204.

129) ARAÚJO, Júlio César (UFC). Os gêneros digitais e o desafio de alfabetizador letrando. *Trabalhos em LA* – 46 (1), jan./jun. 2007, 79-92.

130) SANTOS, Carmi Ferraz. A produção de textos argumentativos por crianças das séries iniciais. Trabalhos em LA. nº39, Jan/Jun/2002, 95-103.